

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Nº 22 | Agosto / Setembro 2001 | Preço: 1 Euro



P4 a P7 Actividades da Célula | P8 e 9 Pessoas | P10 e 11 Lugares |
P12 a 14 Voluntariado | P19 Textos desenvolvimento local

Neste mês de Setembro de 2001, altura em que o LEADER II encerra e que as ADL já apresentaram as suas candidaturas para o LEADER +, a função da Célula de Animação da rede LEADER II coloca-se de uma maneira diferente - já não se trata, propriamente, de animar a rede LEADER II. Entramos portanto, nestes quatro últimos meses de actividade, numa fase conclusiva, durante a qual a nossa preocupação principal será a de criar condições para que o capital de trabalho, conhecimentos e métodos adquirido durante os três anos de vida da Célula seja organizado da maneira mais adequada possível, para ser útil e valorizadora na futura rede LEADER +. Nesta perspectiva, quatro palavras chave irão orientar a nossa actuação até ao fim do ano 2001: FINALIZAR, SINTETIZAR, ORGANIZAR e RESTITUIR, sempre em plena parceria com as ADL e com o Ministério da Agricultura.

Setembro – Dezembro de 2001: Fase conclusiva da animação nacional da rede LEADER II

FINALIZAR

No momento em que chegamos no fim da animação da rede LEADER II, há muito trabalho realizado que precisa de ser finalizado. Finalizar não no sentido de acabar, porque se trata de trabalhos que se inscrevem em processos a longo prazo, que poderão/deverão continuar no LEADER +, mas no sentido de lhes dar uma forma coerente e clara, que possa facilmente servir de base de referência para dar continuidade no futuro aos processos lançados no LEADER II. Entram nesta perspectiva todos os trabalhos realizados em termos metodológicos no LEADER II e que fazem todo o sentido para o LEADER +.

É o caso dos métodos SAP e SEP que representam hoje uma referência já fora das fronteiras de Portugal (ver artigo nesta edição). Pretende-se agora completá-los e dar-lhes uma forma coerente de métodos de animação, incluindo não só a preparação e avaliação mas também todo o trabalho de acompanhamento no terreno.

De uma maneira menos incisiva se coloca também a questão da continuidade do trabalho realizado no quadro da **engenharia financeira**. Tendo em conta o capital de informação e de metodologias acumulado nesta área, seria muito interessante sistematizá-lo, fazendo um ponto da situação do que foi adquirido e destacando os aspectos que se afiguram mais importantes na perspectiva do pós 2006.

Um outro aspecto a tratar será a ideia da criação da **bolsa e centros de experiências/competências** lançada no Porto, que deveria, até ao final do ano, ter uma forma suficientemente avançada para servir de base ao trabalho futuro.

SINTETIZAR

Entendemos aqui, por sintetizar, dar visibilidade ao que é mais importante, tirar os ensinamentos das experiências do passado e identificar os maiores desafios para o futuro. É um trabalho que se tentou fazer, de uma forma progressiva, ao longo destes três anos, nomeadamente no quadro dos **cadernos temáticos**. Realizados muitas vezes em parceria com as ADL no quadro de grupos de tra-

balho, os cadernos temáticos permitiram sintetizar a experiência do LEADER I e II em Portugal e, a partir daí, identificar os desafios para o futuro avançando com propostas metodológicas. Este trabalho teve uma maior expressão neste último ano de actividade da Célula, não só pelo facto de termos acumulado um maior volume de informação como também, e sobretudo, porque surgem como o resultado dos processos de animação conduzidos junto das ADL, nomeadamente através dos grupos de proximidade, seminários, grupos de trabalho etc. Cinco cadernos temáticos foram publicados desde o início do ano e mais seis serão editados até ao final do ano, o que permitirá constituir uma colecção bastante completa sobre todos os temas que consideramos como mais importantes para o desenvolvimento local em meio rural, podendo servir de base de referência para trabalhos mais aprofundados e específicos a realizar no futuro.

ORGANIZAR

Ao longo dos três anos de actividade da Célula de Animação da Rede LEADER II foi possível acumular uma grande quantidade de material, desde o material recolhido junto das ADL até ao material escrito e produzido no quadro das actividades da Célula (artigos do jornal, cadernos temáticos, CDROM, etc.). A questão que se coloca agora é a de como, face a esta grande quantidade de recursos, os podemos organizar de modo a que as ADL e os seus técnicos possam aceder, facilmente e em tempo oportuno, ao que precisam. Foi com esta preocupação, e tirando os ensinamentos do funcionamento do CDI, que chegámos à concepção do Centro de Recursos para o Desenvolvimento Local. Após uma fase de auscultação junto das ADL, iniciámos agora uma fase de teste e esperamos, até ao fim do ano, colocá-lo em funcionamento.

RESTITUIR

Restituir e divulgar a experiência adquirida e os ensinamentos que tirámos de três anos de activi-

dade de animação nacional é uma tarefa essencial e um objectivo que nos fixamos até ao fim do ano 2001. O que podemos dizer da animação em rede, na base destes anos de trabalho? Qual seria o sentido deste grande capital de material, coerente e organizado, se não houvesse uma capitalização e consequente divulgação dos processos que levaram à sua recolha ou produção, das reflexões que conduziram a estes processos e dos ensinamentos que tirámos desta experiência? É com esta preocupação que a Célula tenciona capitalizar e sistematizar toda a reflexão levada a cabo durante os três anos de existência, para que possa servir de base no decurso do LEADER +.

DE UMA FORMA PARTICIPATIVA COM AS ADL E OS SEUS TÉCNICOS

De acordo com a metodologia que sempre aplicou, a Célula pretende realizar este trabalho final da forma mais participada possível, envolvendo os grupos LEADER e o Ministério. Para este efeito, pensamos lançar um diálogo directo e próximo do terreno, na base de visitas às ADL. O objectivo destas visitas será, além de discutir os resultados do trabalho de animação nacional no LEADER II, encontrar a melhor forma de o colocar à disposição dos técnicos e das ADL bem como actualizar todo o material existente (informação de base e experiências mais significativas), de maneira a que o capital de conhecimento disponível no fim destes três anos seja representativo de toda a experiência acumulada no LEADER I e no LEADER II e adaptado, tanto quanto possível, às necessidades do futuro.

Esta fase final da animação da Rede LEADER II será, pois, uma fase muito activa, com um programa de trabalho intensivo. Contamos, para isso, com o nosso investimento pessoal e com o empenhamento interessado de todos os actores LEADER.

Samuel Thirion
sthirion@inde.pt

...se as palavras falassem, cada uma com a sua vontade e voz próprias!

PALAVRAS... REVOLTEM-SE!

em linha descendente directa,
da cúpula do poder político
onde predomina o
pensamento
"urbanizado"
até ao chão
onde
germinam todas as sementes
emanam
palavras - muros
palavras - divisórias
instituindo quintais
controlados por cordéis
funcionando em paralelo
cada cor sua função
partindo cada um do seu
ramal
sem conexão LOCAL
mas todos ligados à
CENTRAL... CENTRAL.

Apesar das palavras... o desenvolvimento que se diz Rural... será rural ou agrícola?

Integrado... ou Sectorial?

Local... ou a fingir que é?

É necessário pugnar por manter clara a separação das concepções entre Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Agrícola, não apenas por uma questão semântica.

No primeiro caso, o do Desenvolvimento Rural, os interesses são de natureza colectiva e social ao nível das respectivas comunidades; no caso do Desenvolvimento Agrícola, os interesses são sectoriais e, em especial, nas regiões de baixa densidade demográfica e grande propriedade, sem preocupação alguma de carácter social.

É necessário reafirmar a interdependência entre os dois. Para que isto aconteça e funcione, não podem ser apenas as estruturas de vocação agrícola, públicas e privadas, a regulamentar e operacionalizar os apoios ao Desenvolvimento Rural.

O facto de dar nomes errados aos bois (salvo seja) pode parecer coisa de somenos importância, mas não é.

Podem existir políticas, programas e medidas gerais de apoio ao Desenvolvimento Rural que, sendo na prática medidas de apoio ao desenvolvimento agrícola, contrariam as lógicas da articulação inter-sectorial e impedem a territorialização / localização do tão almejado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

A História, até recente, ensinou-nos que os tremendos erros e efeitos da Macro Planificação Integrada concebida e aplicada de cima para baixo, estão sendo utilizados como fantasmas para desmotivar quem defende as grandes virtudes da planificação integrada ao nível micro e de baixo para cima.

Denominações incorrectas induzem-nos em erros de concepção, de método e até de natureza de intervenção, sem que disso nos apercebamos!

Porém, a necessidade de clarificar o real sentido de designações relacionadas com as questões do Desenvolvimento, de uso comum e frequente entre as pessoas que destas coisas se ocupam, não se limita às diferenças entre Desenvolvimento Agrícola e Desenvolvimento Rural.

Existem muitas outras, tão ou mais importantes que esta. Nesta oportunidade e espaço, vou referir-me apenas a uma outra, que reputo de nuclear importância, no quadro da experiência LEADER.

Refiro-me, evidentemente, às diferenças existentes entre Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Local, e à necessidade que algumas pessoas sentem de, para serem mais claras, quando se referem ao Desenvolvimento Local, acrescentar - em meio rural, ou meio urbano.

Uma verdadeira discussão sobre o conceito de Local - Urbano e de Local - Rural, seria útil.

- O Programa LEADER fundamenta - se numa filosofia especificamente inspirada em conceitos e práticas de Desenvolvimento Local, contudo, por razões sobejamente conhecidas nunca foi oficialmente designado como Programa de Desenvolvimento Local.
- Continua a ser uma iniciativa Comunitária de apoio ao Desenvolvimento Rural, até agora mantida (salvo algumas muito poucas e honrosas excepções) à margem dos grandes Programas e medidas de apoio aos agricultores e à agricultura.
- Para tomar a situação ainda mais paradoxal, esta iniciativa de apoio ao Desenvolvimento Rural destinava-se a ser, como tem sido, salvo em alguns Países, operacionalizada autonomamente por GRUPOS LOCAIS, através da constituição de parcerias suficientemente representativas das comunidades das suas zonas de intervenção.

E assim nos encontramos com as estruturas públicas da fileira agrícola a tutelar uma iniciativa que deveria ser:

- de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável... mas que não o é, por falta de integração local - territorial e existência de Zonas geográficas de Intervenção que ultrapassam de longe a dimensão do LOCAL, COM COESÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA.
- de Desenvolvimento Rural, que também não é, porque tem estado desligado das estruturas de base da agricultura local.

(Sobre o isolamento e a consequente fragilidade do poder de reivindicação dos agricultores sempre que os problemas são à escala local, é assunto que merece ser tratado noutra ocasião).

• Também não é, obviamente, um programa de apoio à produção agrícola, porque não foi pensado para isso.

Não sendo nada disto, é um pouco de cada coisa. É de longe o Programa que mais competências espalhou pelo interior do País, que mais imaginação utilizou no desenvolvimento de soluções inovadoras, sem contudo lograr "criar" na opinião pública, uma qualquer imagem generalizada da sua existência.

Chamando-lhe um programa de apoio ao Desenvolvimento de iniciativas de âmbito local, devemos andar bem perto de uma definição com correspondência real no terreno!

Apoiar o desenvolvimento de iniciativas de âmbito local é uma coisa, ter e praticar uma política e uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável, para um determinado território, é outra bem diferente.

Sem coordenação local, nunca chegará a existir Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

(Esclarecimento)

- A questão não está na competência desta ou daquela tutela, no caso do LEADER a tutela exercida pelo Ministério da Agricultura, ao longo destes últimos 10 anos, sempre foi bem aceite pelos Grupos Locais, Gestores do Programa.
- Também não se trata de trocar uma tutela por outra, nem de multiplicar o número de tutelas, nem tão pouco de constituir a nível central uma tutela colectiva multidisciplinar.
- A verdadeira questão reside no facto de, nem a Administração Pública aos vários níveis, nem o Associativismo da Sociedade Civil, terem conseguido encontrar uma solução para que, A NÍVEL LOCAL, funcionasse uma estrutura de coordenação, capaz de consensualizar e pôr em funcionamento um esquema de planificação integrada, capaz de compatibilizar os recursos disponíveis com as necessidades identificadas, optimizando as economias de escala e potenciando o aproveitamento das sinergias geradas por complementaridades na utilização racional de serviços e equipamentos.

Porque a conversa já vai longa, aqui vos deixo como sobremesa uma saladinha de palavras / designações que, em meu entender, têm "gostos parecidos" mas nem sempre combinam muito bem entre si, existindo algumas dúvidas se, na verdade, aquilo que pretendem que elas queiram dizer, é compatível com aquilo que delas dizem os dicionários.

Desenvolvimento Territorial. Políticas territorializadas. Programas territoriais. Contratos territoriais.

Sempre:

Associações de Desenvolvimento Local "ADL". Planos de Acção Local "PAL". Programas de Desenvolvimento Local "PDL". Práticas de Desenvolvimento Local.

Nunca:

Associações locais de desenvolvimento. Planos locais de acção. Programas ou planos locais de desenvolvimento. Práticas locais de desenvolvimento... porquê?

Será que o LOCAL como sujeito - protagonista não existe, só existe como objecto a ser pensado pelo supra ou extra LOCAL?

E porque, sendo esta a realidade, finalmente as designações até correspondem a essa mesma realidade e não às ideias que dela possam fazer meia dúzia de idealistas utópicos.

P. S.

Pelos vistos, os partos passaram do dia 17 para o dia 31...faço votos para que sejam naturais, tudo do melhor e que as criancinhas saiam aos Pais.

Camilo Mortágua
Agosto de 2001
mortagua@inde.pt

Confrontar as aplicações do LEADER e do Regulamento do Desenvolvimento Rural (RDR) nos países ou regiões da União Europeia, afim de trocar ideias e analisar boas práticas bem como tirar alguns ensinamentos para futuras políticas de desenvolvimento rural a nível nacional ou europeu foi a preocupação do INEA (Instituto Nacional de Estudos Agrários) na Itália ao organizar um seminário sobre este tema no dia 3 de Julho, em Roma. As intervenções e debates realizados nesta ocasião realçaram a grande diversidade de situações e uma dificuldade generalizada em ultrapassar as políticas sectoriais, mas permitiram também identificar algumas pistas interessantes, concluindo com a necessidade em dar continuidade e uma maior dimensão a este tipo de encontros.

Programar e gerir o desenvolvimento rural: um confronto europeu

Seminário promovido pelo INEA em Roma

A Iniciativa Comunitária LEADER, como laboratório para as políticas de desenvolvimento rural tem hoje um parente importante, o RDR, que constitui, desde 2000, a base de uma política de desenvolvimento rural a nível europeu, como segundo pilar da Política Agrícola Comum (ver caderno temático nº7 publicado em Maio 2001). Ora, tanto o programa LEADER como o RDR podem ser aplicados de maneira bastante diferente de um país ou de uma região para outra e há todo o interesse em comparar situações e conhecer as formas mais pertinentes em cada contexto particular, tirando daí ideias e ensinamentos para o futuro. Foi com esta perspectiva que o INEA, organismo responsável pela animação da rede LEADER italiana, convidou representantes da Célula de Animação da Rede LEADER em Portugal, do CNASEA, organismo responsável pela gestão do LEADER em França e da Unidade de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Rural na Holanda, bem como da Comissão Europeia (que acabou por não poder estar presente) e do Concelho da Europa para uma reflexão comum a partir das experiências específicas em cada um destes países, abrindo, inclusivamente, uma perspectiva sobre os países do Leste Europeu. Para além desta dimensão europeia, este seminário teve um âmbito nacional ao nível italiano, com a participação de numerosas administrações regionais encarregadas da gestão do LEADER e do RDR, assim como de alguns grupos LEADER.

Procurando perceber como estes dois quadros financeiros europeus (LEADER e RDR) podem ser impulsionadores de políticas de desenvolvimento rural em cada país ou região da União, uma das questões sobre a qual os participantes se debruçaram foi a repartição segundo os países e regiões dos meios financeiros atribuídos às diversas medidas do RDR, nomeadamente entre as medidas especificamente orientadas para o sector agrícola e as medidas orientadas para outros sectores do desenvolvimento rural. De uma maneira geral, com a excepção da Holanda, constataram-se os meios pouco significativos reservados à aplicação do artigo 33, no qual se encontram concentradas as medidas que podem interessar a outros actores que não exclusivamente os agricultores.

Este facto veio reforçar a constatação da dificuldade geral em sair de políticas sectoriais, fragmentadas, não suficientemente integradas, apesar de uma vontade declarada, a nível europeu, de ver evoluir as políticas de apoio ao mundo rural para uma maior integração. Segundo Franco Mantino, do INEA, várias razões podem ser apon-

tadas para explicar esta dificuldade: o facto de muitas das medidas do RDR continuarem a ter um carácter sectorial, o facto de as administrações responsáveis pela aplicação das políticas de desenvolvimento rural serem, fundamentalmente, sectoriais (são, antes de mais, Ministérios da Agricultura) e finalmente o facto de a aplicação de uma política de desenvolvimento rural integrada ser mais complexa.

Duas palavras chave: descentralização e territorialização

Face a esta constatação, a descentralização e a "territorialização" das ajudas aparecem como factores chave da mudança que se procura. Assim que em França o CNASEA insista, como aliás os próprios Ministérios deste país, na passagem, a todos os níveis, de uma política de "guichets" (ajudas) a uma política de projectos.

A este respeito, o financiamento do RDR pelo FEOGA-Garantia leva a certas limitações na sua gestão, facto que não acontece nos países e regiões de objectivo 1 como Portugal e as regiões do Sul da Itália, onde todas as medidas fora das medidas de acompanhamento são financiadas pelo FEOGA-Orientação e podem ser integradas em planos regionais integrados. Face a esta dificuldade nas outras regiões, apareceu como um exemplo bastante interessante o caso da Holanda, aonde os procedimentos e tratamentos das ajudas financiadas pelo FEOGA-Garantia foram em grande parte revistos e descentralizados ao nível de cada região ou micro-região.

O seminário permitiu também evidenciar e discutir alguns exemplos de "boas práticas" existentes nos diversos países presentes em termos de descentralização e "territorialização" das ajudas. Assim, do lado da França, chamaram particularmente a atenção dos participantes a Política dos "Pays" (política nacional inspirada em grande parte no LEADER) e os Contratos Territoriais de Exploração como forma de territorializar as ajudas à agricultura (ver caderno temático nº 9 publicado em Julho 2001). Também os casos das acções 7 e 8 da medida Agris em Portugal foram referidas como exemplos interessantes para facilitar a territorialização das ajudas.

Ainda na perspectiva da descentralização e territorialização, foi opinião geral dos participantes que o LEADER continua a ser o modelo de maior interesse, sobretudo nos países onde a sua aplicação foi mais longe e teve maior impacto. Deste ponto de vista, não há dúvida que a aplicação do

LEADER em Portugal representa uma experiência significativa na Europa e, como já foi revelado em várias ocasiões, o "modelo" das ADL (associações de desenvolvimento local) aparecem cada vez mais como uma figura de referência, podendo evoluir com um papel de "agência de desenvolvimento local" como já acontece em certas regiões da Espanha e da Itália (ver Pessoas e Lugares nº0).

Reforçar os meios próprios a nível nacional e permitir a emergência de novos modelos

A dependência dos fundos comunitários para as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural também foi umas das questões importantes abordadas neste seminário. Se, por um lado, tanto o LEADER como o RDR levam os Países Membros da UE a atribuir meios próprios para o desenvolvimento rural, como contrapartida destes programas, por outro lado, ainda são raras as políticas nacionais ou regionais de desenvolvimento rural que saem da utilização dos fundos estruturais. Esta questão essencial na perspectiva do pós 2006 foi identificada como um factor importante para a emergência de modelos adaptados a cada situação nacional ou regional, como é o caso da política dos "Pays" em França, inteiramente financiada por fundos nacionais.

No mesmo sentido, referindo-se aos países do Leste, foi chamada a atenção para a necessidade de evitar a imposição de um modelo que já provou as suas limitações, e dar a oportunidade para que estes países constituam o seu próprio modelo, valorizando as suas especificidades culturais e históricas.

E aqui foi, mais uma vez, realçada a importância da função laboratório de uma iniciativa como o LEADER. De acordo com o objectivo desta iniciativa, esta função deverá ser reforçada no futuro com o LEADER+, inclusivamente para os países candidatos, servindo base para uma reflexão sobre futuras políticas de desenvolvimento rural.

Sendo limitado a um dia, este seminário não pretendia trazer conclusões finais, mas antes realçar alguns aspectos importantes, chamar a atenção sobre a importância do intercâmbio para encontrar um conceito de desenvolvimento rural partilhado a nível europeu e lançar pistas de reflexão neste sentido. Deste ponto de vista, foi um sucesso e agradecemos o convite do INEA que se inscreve no quadro de intercâmbios entre as unidades nacionais de animação da rede LEADER II.

S.T.

Os métodos de Sistematização da Auto-avaliação Participativa (SAP) e de Sistematização de Estratégias Participativas (SEP), elaborados em Portugal no quadro das actividades da Célula de Animação da Rede LEADER II, têm suscitado o interesse de vários interlocutores de outros países ou regiões da União Europeia. É o caso da Emilia Romana, em Itália, onde o responsável regional pela avaliação e acompanhamento do LEADER, Luca Marangoni, desde a sua participação no seminário de Viseu em Julho de 2000, vem manifestando o seu interesse pela aplicação do SAP naquela região italiana. Isso conduziu a um programa de cooperação e de intercâmbio de ideias e de reflexões com a Região da Emilia Romana que se revela muito útil para aprofundar e consolidar tanto o SAP como o SEP.

Os métodos SAP e SEP em aplicação na Emilia Romana

Como assegurar a avaliação dos programas LEADER ao nível de uma região, de um país ou da Europa, dando a devida importância aos aspectos qualitativos? Esta questão fundamental foi objecto de muitas reflexões e discussões ao longo do LEADER II, sobretudo desde a publicação, pelo Observatório Europeu LEADER, do caderno que apresenta "as sete especificidades" do LEADER. A partir desta publicação, várias tentativas nasceram nas diversas regiões da Europa, inspirando-se na abordagem proposta. A Emilia Romana foi uma delas, sob a influência de Luca Marangoni, responsável regional pela avaliação e acompanhamento do LEADER, que implementou uma avaliação dos quatro grupos daquela região na base das "sete especificidades". Participando no seminário de Viseu em Julho de 2000, e assistindo à apresentação do método SAP pelo grupo de proximidade da Beira Litoral Norte, despertou para o interesse deste método, também produto da aplicação das sete especificidades LEADER, mas integrando-se já na perspectiva de uma "avaliação ascendente". Foi a partir dessa altura que se pensou numa colaboração mútua para a aplicação do SAP em Portugal e na Emilia Romana, levando à comparação entre as duas situações e ao intercâmbio das respectivas experiências.

Já em Julho deste ano, tendo tido conhecimento também do método SEP, complementar do SAP, Luca Marangoni resolveu, com o nosso apoio, utilizar igualmente este método, inclusivamente como método indicado pela Administração da Região para a elaboração dos PDL LEADER+. Partindo dos resultados do trabalho realizado em Portugal, essa reflexão conjunta levou a aprofundar e afinar o SEP, nomeadamente no que diz respeito às etapas 2 e 3 do método, de molde a responder melhor aos objectivos específicos do LEADER+ e à exigência de complementaridade referida na Comunicação da Comissão Europeia aos Estados Membros. Perspectiva que se coloca agora também em relação ao método SAP que deverá ter em linha de conta os objectivos específicos da iniciativa LEADER+.

Esta cooperação com a Região da Emilia Romana revela-se particularmente frutuosa para ambos os lados. Face às problemáticas diferentes (a Emilia Romana é uma das regiões mais ricas da Europa), pudemos encontrar ideias complementares e chegámos à conclusão que é pela confrontação da aplicação dos métodos SAP e SEP em Portugal por um lado e na Emilia Romana por outro que podemos encontrar as ideias mais interessantes para melhorar a qualidade e a pertinência dos dois métodos.

Daí que a próxima etapa desta colaboração seja a vinda de Luca Marangoni a Portugal, durante a segunda quinzena de Setembro ou na primeira quinzena de Outubro, com a ideia de participar na parte conclusiva do SEP (prevista pelo grupo de trabalho sobre este método após a conclusão dos PDL). A nossa ideia seria aproveitar a sua estadia em Portugal para fazer também o ponto da situação do método SAP e finalizá-lo na base da sua aplicação em Portugal e na Emilia Romana. Isso passaria por uma reunião do grupo de trabalho responsável deste método. Finalmente, tencionamos também reflectir conjuntamente sobre métodos de análise, selecção e acompanhamento de projectos, indo ao encontro do pedido de alguns técnicos de ADL em lançar um grupo de trabalho sobre este tema (ver caixa junta). A participação de Luca Marangoni nestas discussões poderá ser muito útil, podendo trazer um ponto de vista diferente e complementar que ajuda a ir mais longe na nossa reflexão colectiva.

S.T.

1 Avaliar o valor acrescentado da abordagem do LEADER Caderno nº 4, Observatório Europeu LEADER, 1999.

2 Ver conclusões deste seminário no PL nº 11 de Setembro 2000.

Análise, selecção e acompanhamento de projectos

Ponto da Situação

Na ocasião da formação realizada em Bragança, em Maio 2000, alguns técnicos de ADL manifestaram interesse em constituir um grupo de trabalho sobre a análise, selecção e acompanhamento de projectos. Entretanto, essa ideia não se concretizou, face a outras preocupações prioritárias deste período final do LEADER II. Mas, hoje, o tema revela-se pertinente e é nossa intenção aproveitar os últimos meses de funcionamento da Célula de Animação da Rede LEADER II para concretizar um grupo de trabalho sobre o assunto.

A elaboração de métodos de análise, selecção e acompanhamento de projectos deveria responder a três objectivos:

1. Melhorar a qualidade do trabalho de animação no terreno, graças a uma sistematização dos métodos de análise, selecção e acompanhamento de projectos e a uma melhor informação/participação dos actores locais nestes processos;
2. Diminuir a carga de trabalho administrativo das ADL, graças a uma melhor sistematização do tratamento da informação;
3. Facilitar o "acesso à informação" a nível nacional, graças à agregação de dados organizados de maneira homogênea no LEADER.

É com esta tripla preocupação que se pensa animar este grupo de trabalho, que irá funcionar já na segunda quinzena de Setembro. Os técnicos e ADL interessados em participar neste grupo poderão manifestar o seu interesse junto da Célula de Animação (contacto com Luís Chaves).

Bolsa de experiências e centros de competência um processo em curso

A ideia da Bolsa e dos Centros de Competências lançada no Encontro Nacional do Porto têm tido continuidade e, no decurso do seu desenvolvimento, vamos descobrindo os ajustamentos necessários e delineando algumas pistas metodológicas. Fazemos aqui um ponto da situação do trabalho realizado durante os meses de Julho e Agosto e da reflexão produzida, neste desbravar de um novo caminho, que pretendemos levar o mais longe possível até ao final do ano. No entanto, o sucesso deste trabalho dependerá do interesse das ADL e da sua participação efectiva num processo que diz respeito à rede LEADER no seu conjunto.

Bolsa de competências ou bolsa de experiências?

A ideia da Bolsa de Competências, lançada por ocasião do IV Encontro Nacional da rede LEADER II no Porto, e divulgada após esse Encontro no Site Internet da Célula levantou algumas dúvidas, inclusivamente no seio da própria Célula de Animação - será que podemos dizer que as competências das ADL, apresentadas como tais nesta bolsa, representam reais competências, no sentido de capacidade efectiva de intervenção em cada um dos temas enunciados? Provavelmente não, na maioria dos casos.

Por isso, pensámos que seria mais conveniente falar em **bolsa de experiências das ADL LEADER**, em vez de bolsa de competências, tendo sido feita a respectiva correcção no Site da Célula.

Contudo, essa correcção conceptual, não retira nada à ideia de que existem, muitas vezes escondidas ou ignoradas, competências nascidas muitas vezes da prática e da experiência das associações, ao nível das ADL, dos seus técnicos e de outros actores locais. Nem ao interesse em formalizá-las, para incentivar a troca de serviços entre as ADL no âmbito da rede LEADER.

Por outras palavras, o trabalho de identificação de competências das ADL a partir das suas experiências é fundamental, na perspectiva de uma análise crítica, distinguindo as competências que cada ADL desejaria desenvolver como parte da sua especificidade e as competências reais que ela tem no momento. Um trabalho deste tipo passa por uma auto-avaliação por parte da ADL ou por uma avaliação participativa apoiada externamente, visando a formalização das competências existentes ou a criar bem como a identificação do processo necessário à aquisição das competências que se pretende desenvolver.

Primeiros passos com a Proregiões

É este, precisamente, o trabalho que estamos a fazer, de maneira experimental, com a Proregiões, e que faremos a seguir com a Ante, de acordo com as orientações definidas no Encontro Nacional do Porto. Uma primeira reflexão com a Proregiões permitiu identificar as oito áreas que pretende desenvolver dentro da sua competência geral de promoção e comercialização de produtos. São elas:

- Recolha de produtos e respectiva distribuição para lojas locais;

- Montagem de lojas do Mundo Rural;
 - Montagem de lojas virtuais;
 - Participação em feiras internacionais;
 - Animação ao vivo com produtores e artesãos;
 - Criação de imagem de produtos locais;
 - Apoio ao interface entre produtores e consumidores;
 - Promoção do Mundo Rural nos media.
- (esta lista é ainda indicativa e poderá sofrer ligeiras alterações)

Para cada uma destas áreas, tentámos fazer, em conjunto, um balanço da experiência da Proregiões, definir objectivos em termos de competências e de serviços a formalizar junto das ADL e de outros actores locais e inventariar os recursos possíveis. Este trabalho deverá estar em condições de ser divulgado durante o mês de Setembro (consultar o Site da Célula). Também em Setembro se iniciará o trabalho com a Ante, de maneira a poder, em Outubro, propor às ADL uma metodologia mais afinada.

Primeiras conclusões

Do trabalho realizado tiramos já algumas conclusões importantes que serão importantes no desenvolvimento do projecto:

O reconhecimento das competências depende da sua utilização pela rede

Como é evidente, uma competência tem valor se é reconhecida e utilizada por outros. Esta questão está relacionada com a avaliação e a certificação das competências. No entanto, no caso de uma rede como a rede LEADER, não faz sentido um processo formal de avaliação e certificação. É pela prática de intercâmbio de informação e serviços que as ADL reconhecerão, ou não, de maneira implícita, as competências existentes e declaradas.

Por outras palavras, é pelo retorno que cada entidade terá sobre as competências que propõe, que as poderá considerar como reconhecidas ou não. Daí a importância do funcionamento em rede, para que os futuros centros de competência façam algum sentido.

A dimensão colectiva das competências

Uma outra conclusão importante é que, quando se trata de competências de alguma complexidade, como é o caso da maioria das competências que se enquadram no desenvolvimento rural, elas

têm muito mais uma dimensão colectiva do que individual. Não é uma pessoa única, nem mesmo muitas vezes uma associação por si só que pode desenvolver uma competência, mas sim um conjunto mais ou menos amplo de actores. No caso da Proregiões, por exemplo, verificámos que esta entidade poderá conseguir disponibilizar as competências que pretende afirmar graças às ligações que desenvolveu com os seus parceiros, desempenhando cada um um papel específico e que é pela articulação e mobilização dos seus parceiros que a Proregiões poderá afirmar e disponibilizar essas competências.

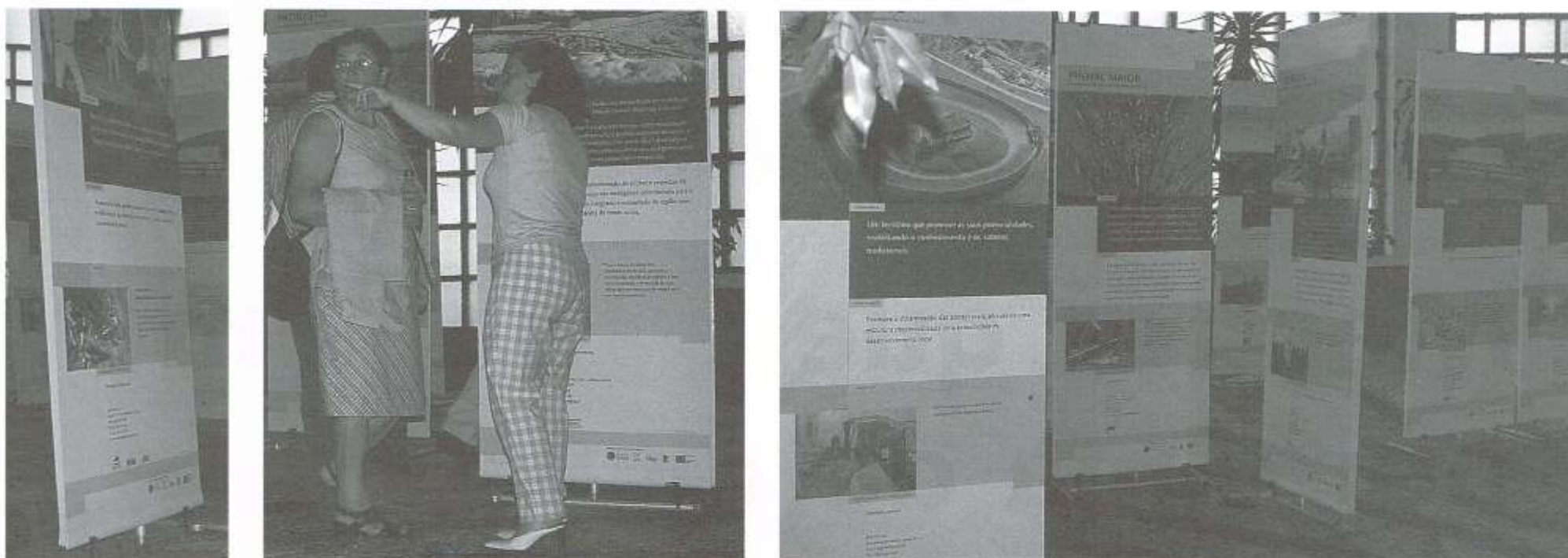
Na mesma ordem de ideias, é provável que haja competências que se venham a afirmar ao nível de um conjunto de ADL, organizadas em rede. E aqui entramos muito mais numa lógica de complementaridade do que de concorrência.

Convite às ADL

É muito claro hoje que o sucesso de todo este processo depende da participação real das ADL. Por isso lhes lançamos aqui um convite à participação em três níveis:

- O primeiro nível é a participação na bolsa de experiências, declarando as áreas nas quais têm uma experiência significativa e que poderiam, eventualmente, ser base de competências afirmadas no futuro. Esta participação é fácil, podendo ser efectuada on-line no Site da Célula de Animação.
- Em segundo lugar, a Célula de Animação disponibiliza às ADL que estiverem interessadas, um serviço de pesquisa de recursos documentais e bibliográficos sobre o(s) tema(s) que declararam na bolsa de experiências podendo, inclusivé, adquirir alguns desses recursos (ver E-mail enviado a todas as ADL).
- Finalmente as ADL terão a possibilidade de beneficiar de um serviço de apoio da Célula para começar a formalizar um centro de competências numa área de maior interesse como já o fazemos com a Proregiões e a Ante. Contudo este serviço só funcionará a partir de Outubro, quando teremos adquirido um *know how* suficiente a partir das duas experiências piloto em curso e tido a ocasião de discutir desta metodologia a nível da rede.

S.T.



Fotos: João Limão

Exposição LEADER

A exposição sobre a intervenção LEADER II tem continuado a sua itinerância no decurso deste Verão. Integrada em iniciativas locais e enquadrada pelas associações de desenvolvimento são já muitos milhares de pessoas que, através dela, têm contactado a intervenção do Programa LEADER em Portugal.

Para termos uma visão das apresentações da exposição, desde a sua inauguração na Manifesta 2001, em Tavira, de 27 a 30 de Abril, apresentamos aqui uma relação actualizada, lembrando às ADL que a pretendam utilizar em iniciativas suas que deverão contactar para o efeito a Célula de Animação.

Local	Data	Iniciativa	Associação
Leiria	5 a 20 de Maio	Feira de actividades económicas	ADAE
Miranda do Corvo	8 a 10 Maio	Seminário Comunicação e Imagem	Célula / Dueceira
Funchal	20 a 24 de Maio	Comissão de Acompanhamento LEADER	Célula / CNG
Estreito de Câmara de Lobos	2 a 6 de Junho	Assembleia Geral das Casa do Povo da Madeira	ACAPORAMA / ADRAMA
Ponta Delgada	7 a 11 de Junho	Feira dos Açores	ASDEPR / ARDE
Cuba	13 a 17 de Junho	Feira Cuba LEADER	Célula / Terras Dentro
Martinchel	22 a 25 de Junho	Inauguração do Eco Museu de Martinchel	TAGUS
Lisboa	30 de Junho a 8 de Julho	FIL – Feira Internacional de Artesanato	Célula
Pedrógão Grande	20 a 25 de Julho	Expo-Arte	DUECEIRA
Praia da Vitória	2 a 6 de Agosto	Festas da Praia da Vitória	GRATER
Horta	7 a 12 de Agosto	Semana do Mar – Sociedade Amor da Pátria	ADELIAÇOR
Trancoso	16 a 22 de Agosto	Festa de S. Bartolomeu	RAIA HISTÓRICA
Serpa	23 a 26 de Agosto	Feira de Serpa – Feira da Tradição e Desenvolvimento	ROTA DO GUADIANA

FIA 2001

A 14ª edição da Feira Internacional de Lisboa realizou-se de 30 de Junho a 8 de Julho, na FIL – Parque das Nações, em Lisboa, e foi visitada por cerca de 98.000 pessoas, mais cinco mil que no ano anterior.

Tal como já era esperado pela organização - Associação Industrial Portuguesa/Feira Internacional de Lisboa, a edição deste ano da Feira Internacional de Artesanato - FIA registou um aumento significativo do número de visitantes. Mais cinco mil do que no ano anterior: cerca de 98.000. Um número ainda muito longe do recorde alcançado na edição de 99 (129 mil) mas que ainda assim não deixa de justificar o facto de esta ser uma das mais importantes feiras do calendário da FIL.

Durante nove dias, 261 expositores de todo o país e 398 de lugares tão longínquos como Brasil,

África do Sul, Egipto, Índia, Peru e Tanzânia (só para citar alguns) - 659 ao todo - deram a conhecer, nos mais diversos materiais, múltiplas formas de expressão dos seus saber-fazer, das mais artesanais às mais modernas. A variedade é tanta que seria impossível aqui enumerar tudo o que lá podemos encontrar...

Na FIA 2001, subordinada ao tema "O culto, a festa e o quotidiano", mereceram especial atenção quer da parte da organização como dos visitantes, a exposição "Cultus" e o "Atelier Artesãos de Culto", com artesãos ao vivo. Os habituais concu-

ros de artesanato, designadamente, o Prémio Nacional de Artesanato, o festival de gastronomia, com as obrigatórias tasquinhas, e os diversos grupos de danças e cantares foram, igualmente, momentos altos desta feira onde se misturam cores, cheiros e sabores de quase todo o mundo. A Exposição Itinerante da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, ainda que de uma forma mais discreta foi outra das presenças nesta feira, cuja história começa no já distante ano de 1988.

P. M. S.

Chocalheiros de Alcáçovas | Mestre João Chibeles Penetra e Guilherme Maia

Mestres que trabalham por cima do céu

Alcáçovas, meio dia. Indiferentes à placa redonda de rebordo vermelho onde se lê "50" acompanhado de "velocidade controlada", alguns automóveis rompem o silêncio do fim da manhã, quando o sol vai alto e as sombras se estreitam de encontro à cal fresca das paredes. A Rua da Esperança é uma das principais artérias da localidade, quase rasgando a vila de uma ponta à outra mas, apesar disso, a esta hora o movimento é quase nenhum.

É aqui, no número 152, numa casa branca de barras azuis, igual a tantas outras no povoado, que mora o Museu do Chocalho. Um portão verde, semi-aberto, aferrolhado em baixo, mas aberto da parte de cima permite, num esticar de pescoço, espreitar a frescura interior. Com os olhos afeiçoados à penumbra deparamos com uma infinidade de chocalhos dispostos no chão e ao longo das paredes. Da parte de fora, pende um aviso "Se estiver fechado é favor bater nº 146".

Três casas abaixo, no 146, João Chibeles Penetra assoma à porta, em resposta ao chamamento. Semblante carregado, acena um cumprimento seco e pede uns minutos. Problemas. A doença de uma familiar. Coisas da vida que perturbam o dia a dia.

Minutos depois, o mestre reaparece. Com gestos determinados abre as portas do museu. Lá dentro, os chocalhos alinham-se em formatura disciplinada ao longo das paredes, em filas horizontais que se sobrepõem. Quatro salas do mesmo metal arregimentado. Chocalhos pequenos, grandes, com linhas direitas, com bojo na parte superior, sem bojo, com brasões e sem eles.

O olhar triste antes escondido por detrás dos óculos abre-se num sorriso. "Tenho uns 3000 chocalhos de colecção." Três mil? "Catalogados estão 2217, mas fora esses anda à volta dos 3000", refere com indisfarçável orgulho. O resultado de mais de meio século de colecionismo. "Faz em Novembro 55 anos que comecei a colecionar o primeiro chocalho", acrescentando logo de seguida "gostava de saber qual foi o primeiro chocalho, mas a gente começa de brincadeira e não consigo saber".

"no fundo é tudo chocalhos"

Nas paredes pendem os chocalhos. Variam de tamanhos e formas, mas como explica o mestre "no fundo é tudo chocalhos". Num gesto ligeiro desvia um dos vários papéis onde se lê: "É favor não mexer" e segura um chocalho grande de linhas direitas. "Este é uma Manga ou Sem-Serra, de 35 centímetros, e em pequeno é chamado de

Pegadeira, Chocalha, Campanilho ou Pequete." Se tiver um bojo na parte superior, junto à asa, já é chamado de "Serrana ou Beiroa, consoante a região do país". Serranas inferiores a 30 centímetros são chamadas de Reboleiros.

Noutras salas encontram-se chocalhos para ovelhas, porcos, cabras, cavalos, furões, e mesmo para cães e gatos. Quase sempre de dimensão mais reduzida e menos procurados. Há o guizo de furão, os pequenos para os porcos, as guizadas e cascaveleiras para os cavalos, e há ainda o esquilão, que é fundido, ao contrário do chocalho que é trabalhado à mão. De tudo se encontra no Museu do Chocalho. E tudo o mestre conhece.

O saber foi acumulado com o decorrer dos anos, mas o amor aos chocalhos vem-lhe de criança. Já o pai fora chocalheiro, e o avô também, por isso não escapou à sorte. "Estava na barriga da minha mãe e já trabalhava com chocalhos" refere em jeito de brincadeira, enquanto explica que a mãe era tocadora de fole, tarefa que não deixou de executar, mesmo quando estava grávida. Depois, o jovem João, quando regressava da escola para almoçar, ainda com seis ou sete anos, substituiu a mãe nessa tarefa.

O destino estava traçado, e com naturalidade aprendeu o ofício da família. Foi nesses tempos de juventude que lhe despertou o desejo de começar a coleccionar chocalhos. Na época, era normal que lavradores e maiores procurassem os chocalheiros com chocalhos para restaurar, os quais surpreendiam o jovem aprendiz pela beleza e raridade dos brasões de casas agrícolas e fabricantes, muitos deles de colegas já desaparecidos. Tanto assim foi, que a passagem para maioridade marcou o início da colecção.

ia aos montes, às vilas, às feiras. Trocava novos que fazia por peças de colecção ou comprava directamente. Perguntava aos clientes se conheciam alguém que quisesse vender chocalhos com brasões, e depois ia aos locais que lhe indicavam. Assim, correu Alto e Baixo Alentejo. Umhas vezes com sorte, outras nem tanto.

Entre os dissabores relembra uma história passada em Viana do Alentejo, quando após o negócio de compra de quatro chocalhos, o vendedor exigiu que retirasse as coleiras, afirmando não estarem integradas no preço acordado. Coisa nunca vista e que nunca lhe acontecera. A partir daí aprendeu a lição e a cada compra passou a avisar "compro tudo como está", para evitar mais surpresas desagradáveis.

O Museu do Chocalho

Peça a peça, a colecção foi aumentando até aos dias de hoje. "Baptizaram isto como o museu do chocalho, mas não me importa que seja museu... é uma colecção". De início, a colecção nem estava exposta. "Comprava e punha ali naquela casa, que já estava meia de chocalhos todos em cima uns dos outros". Só há 30 anos é que tratou de organizar e expor as peças juntadas.

Depois disso, o museu foi sendo conhecido. Mas, desde "há sete anos para cá, com o trabalho de doutoramento do dr. Fernando Casqueiro, é que tenho tido aqui muitas visitas". Esta investigação universitária permitiu a catalogação e fotografia de todas as peças, proporcionou um melhor conhecimento do espólio, e contribuiu para a divulgação do Museu.

O estudo despertou a curiosidade de João Chibeles Penetra. "Gostava de saber de onde é que veio o fabrico dos chocalhos, como é que veio para Alcáçovas, que não sabemos e não somos capazes de descobrir." Não sabe o mestre e não sabe ninguém. É escassa a documentação sobre o fabrico de chocalhos na idade média. Os "Registos da Casa dos Vinte e Quatro" são omissos quanto à actividade, enquanto no Regimento das Profissões de Évora não consta o ofício de chocalheiro.

Supõe-se que seriam os ferreiros os antecessores directos dos chocalheiros que, provavelmente se autonomizaram durante o século XVIII. Certo é que uma "Carta de Exame do Offício de Chocalheiro de José do Carmo" morador da vila de Alcáçovas", datada de 1815, comprova a existência de chocalheiros na localidade, e atesta o carácter oficial da profissão.

Em 1890 existem em Alcáçovas dez oficinas de chocalhos e 20 chocalheiros. Mais tarde, em 1913, o Anuário Comercial desse ano, no Volume II dá conta de 17 fábricas de chocalhos, entre as quais a de Rodrigo Penetra, avô de João Chibeles Penetra. O próprio mestre ainda recorda esses tempos áureos de quando era jovem. "Conheci aqui 15 oficinas de chocalhos, há 50 ou 60 anos".

Hoje, o destino da arte adivinha-se na sua própria oficina. "O meu avô foi chocalheiro, o meu pai foi chocalheiro e eu sou chocalheiro. O meu filho já não quis ser chocalheiro. Não tenho seguidor nenhum." Na tentativa de assegurar a continuidade do seu trabalho, ainda chegou a ter dois aprendizes. Sem sorte. "Um foi para um pronto-a-vestir em Lisboa, o outro é bate-chapas". No resto da vila o panorama é o mesmo. "Tenho a



"Ó amigo, você sabe qual é o mestre que trabalha mais alto que todos? É pá, eu nunca tinha ouvido isso e disse: não sei, não senhor. Então você não sabe? Pois claro que não. É o chocalheiro, porque trabalha por cima do céu (do chocalho), quando está a pôr a asa."

In "O Mestre que trabalha por cima do céu",
J. M. Monarca Pinheiro



Fotos: João Limão

mais três colegas que têm filhas e não têm aprendizes, quando eles morrerem aquilo acabou."

Fabricante mais jovem da região

Às portas de Alcáçovas, já de fora do povoado fica a Oficina de Chocalhos Pardalinho. Sentado no banco entre a tesoura e a bigorna, com gestos hábeis e vigorosos, Guilherme Maia desmente um desfecho triste para a arte. A golpes firmes de martelo dá à chapa a forma de uma pegadeira.

Aos 29 anos é o fabricante de chocalhos mais jovem da região, e quase de certeza a nível nacional. Adjectivo que exhibe com orgulho. "Apostei nos chocalhos porque era uma profissão em vias de extinção", confessa acrescentando que "o objectivo é tentar fazer uma coisa que já ninguém faz, tendo a menor concorrência possível".

Determinado a continuar a arte, Guilherme Maia lançou-se no fabrico de chocalhos quando aos 18 anos deixou a escola para abraçar a profissão. Já antes, aprendera o fabrico, ainda jovem em idade escolar. "Desde que me apercebo como gente, já o meu pai era fabricante e a minha mãe ajudava nos chocalhos pequenos. Nasci logo no meio dos chocalhos."

Ficou-lhe o gosto e não faltou o talento. Como o próprio reconhece, "para se fazer bem um chocalho e para se ser mestre chocalheiro, temos de ter aptidão e muitos anos de experiência". Somente ao fim de seis ou sete anos de experiência é que se conhecem os segredos da arte. É que para "darmos o corpo ao chocalho até se aprende com facilidade, mas depois os pequenos pormenores para ter o chocalho com mais qualidade e ter uma afinação correcta, é que leva muito tempo a adquirir".

Por esta altura, o som penetrante de quatro pessoas em simultâneo a moldarem o ferro de encontro à bigorna a golpes de martelo, gera uma parede de som insuportável a ouvidos pouco acostumados. A solução passa por um recolher a casa. Para trás, na oficina ficam o mestre José Luís Maia, pai de Guilherme, e os jovens Feliciano Sim-Sim e Francisco Cardoso. Aqui, parece que o fabrico de chocalhos tem o futuro assegurado.

"Por acaso, na minha oficina existem três continuadores, que sou eu, o Francisco e o Feliciano", refere com satisfação o jovem chocalheiro.

"É preciso gostar da arte"

Uma oficina que é um oásis no panorama de uma profissão quase condenada ao desaparecimento. Questionado sobre o segredo deste sucesso perante os jovens, Guilherme Maia encolhe os ombros e explica que "são pessoas que gostam da arte e que vieram para aqui muito novos". Mas, compreende que a maioria dos jovens se esquivem a este tipo de trabalho, devido a três grandes problemas. "Primeiro, nunca podemos sair do trabalho cedo. Segundo, é uma profissão artesanal em que andamos sempre muito sujos. E terceiro, é um trabalho incerto que não tem um ordenado fixo."

"Lembro-me de um período de seca há uns anos aqui no Alentejo, onde estivemos dois anos sem vender um único chocalho. O que nos salvou foi termos um pé de meia, precavendo essa situação", recorda o jovem chocalheiro reiterando as dificuldades referidas. Numa análise pragmática, Guilherme Maia reconhece que "não existe grande mercado para o sector e que a grande base de vendas é para bovinicultores e ovinicultores". Apesar das cercas aramadas, ainda há que goste de ouvir o tilintar dos chocalhos ao pescoço dos seus animais.

Só que a subsistência de uma família e dos empregados da oficina não pode ficar dependente das oscilações de um mercado tão frágil, e tantas vezes sujeito a crises, como a pecuária. Por isso Guilherme Maia já pensou noutras soluções. "Nós pretendemos ampliar a quota de mercado, tentando explorar a vertente da decoração e do artesanato para turistas". Uma situação ainda pouco explorada pelos fabricantes de chocalhos, mas que pode representar "mais algumas receitas". Daí alguma prospecção realizada no Algarve e Litoral Alentejano, apresentando produtos destinados ao turismo como chocalhos em quadros ou chocalhos com outros feitos.

João Limão
jlimao@inde.pt

Rabo de Peixe a preto e branco

texto e fotografias de Paula Matos dos Santos



Rabo de Peixe é um daqueles lugares que se descobrem por acaso... A cerca de seis quilómetros de Ribeira Grande, na costa Norte da ilha de São Miguel, a freguesia de Rabo de Peixe passa despercebida a um qualquer turista. Não porque seja difícil lá chegar... Quem sai de Ponta Delgada em direcção a Ribeira Grande, pela estrada regional, encontra à esquerda um desvio com uma placa a indicar a freguesia, a uns seis quilómetros antes de atingir a segunda cidade de São Miguel; outra hipótese é seguir pela estrada litoral; Rabo de Peixe fica entre as freguesias de Ribeira Seca e Calhetas. ... Mas porque pouco por lá há para ver... É o que sugerem os roteiros turísticos e dizem os próprios micalenses. E, de facto, quando se chega a Rabo de Peixe, à excepção da igreja do Senhor Bom Jesus, o padroeiro da freguesia, e que se avista facilmente de qualquer sítio da povoação, o cenário é igual ao de tantos outros lugares junto ao mar, com o seu porto de pesca e pescadores, respectivos barcos, casas, um largo com um jardim e meia dúzia de bancos. Porém, Rabo de Peixe é um daqueles lugares que dificilmente se esquece depois de lá ter estado. Avançar, a pé, pelo casario adentro, por uma qualquer rua ou viela, exige uma atitude despreocupada, sem pressas nem receios, ainda mais quando o objectivo é levar dali alguns pedaços daquela realidade numa película. Numa tarde de domingo, e domingo de festa, as ruas estão cheias de gente. Os homens juntam-se, à porta dos cafés ou no largo da igreja, e trocam dois dedos, enquanto bebem uma cerveja e vêm quem chega e quem parte; os mais velhos entretêm-se a remendar as redes de pesca, sentados no chão, com as mesmas espalhadas pela rua, numa tarefa tão solitária quanto exigente. As mulheres aparecem à janela, bem arranjadas (como convém num dia de festa), e conversam umas com as outras. Uma multiplicidade de situações que entra pelos olhos e desperta os mais díspares senti-



mentos. As crianças, os eufemisticamente chamados "meninos de rua", passeiam-se pelas ruas e metem conversa; fazem muitas perguntas e imploram uma fotografia. Em menos de nada, forma-se um grupo e aqueles meninos e meninas transformam-se numa espécie de guias turísticos. Rapidamente, uma visita que se queria discreta transforma-se num ruidoso passeio, atraindo outras crianças pelo caminho e despertando a curiosidade dos mais velhos. Em direcção ao porto, o local preferido pela maioria das crianças de Rabo de Peixe para as suas brincadeiras, os miúdos atropelam-se, saltam, gritam, riem, desejosos de chegar. Espalhados por todo o lado, pedaços de madeira, garrafas de vidro, latas de conserva, e tudo o que mais para ali é atirado ou o mar traz de volta à terra, dão à pequena praia um aspecto desolador, mas isso parece não incomodá-los. Empoleirados num muro de uma construção que não vingou (sabe-se lá porquê), os miúdos gritam os nomes. Às vezes, é difícil perceber, com tantas vozes à mistura. Em apenas alguns minutos é possível sentir como são felizes aqueles meninos e meninas de Rabo de Peixe, com tão pouco ou quase nada. Alguns descalços, enfiados em roupas cansadas de tanto uso e nem sempre adequadas ao seu tamanho, denunciam os graves problemas económicos e sociais que os rodeiam, e que têm feito de Rabo de Peixe a bandeira da luta contra a pobreza em São Miguel. Aconchegada na enseada, a povoação desde muito cedo se voltou para o mar, fazendo da pesca o seu principal meio de subsistência. Hoje em dia, já não será tanto

assim; muitos são os que trocaram a faina pela agro-pecuária, pelo comércio ou pela construção civil, em busca de maiores rendimentos. Rabo de Peixe continua a ser uma terra de pescadores, com dezenas de barcos a sair diariamente do porto, mas sente-se que a experiência do mar é dolorosa. Com cerca de seis mil e quinhentos habitantes, que fazem desta freguesia a mais populosa de todo o concelho (Ribeira Grande), Rabo de Peixe é uma freguesia com graves problemas económicos, sociais e culturais. Uma realidade que as gentes de Rabo de Peixe não negam mas que começam a querer ver mudada. Despertar este sentimento, motivando-as a serem protagonistas da própria mudança foi o primeiro passo que o projecto "Sementes de Mudança" procurou dar junto da população de Rabo de Peixe. Lançado em 1996, este projecto de luta contra a pobreza de Rabo de Peixe abrange apoio a crianças e jovens - os grupos mais atingidos pelo estigma de viver em Rabo de Peixe, apoio comunitário e formação e integração sócio-profissional. Com seis técnicos no terreno, "Sementes de Mudança", um projecto promovido pelo Instituto de Acção Social e gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande, já conseguiu introduzir algumas mudanças na freguesia. Através de ateliers lúdico-pedagógicos e do desporto tiram-se as crianças da rua e abrem-se as portas da escola; através de duas creches e um jardim de infância, as mães já podem trabalhar; através da implementação de um centro de prevenção do alcoolismo pretende-se combater o alcoolismo; através de um centro

de economia solidária - o "eco-sol" - presta-se formação às mulheres em diversas áreas (culinária, tecelagem, bordados), procurando a sua integração no mercado de trabalho ou situações de auto-emprego; enfim, tenta-se tudo para combater a pobreza e a exclusão social em Rabo de Peixe. Desenvolvimento é a palavra-chave. Existem até casos de acções desenvolvidas pelo "Sementes de Mudança" que se tornaram projectos autónomos, como a associação de mães "Crescer em confiança"; um projecto de mulheres para mulheres que procura intervir em áreas tão delicadas como planeamento familiar (ou a falta dele) e violência doméstica. O programa LEADER também deu o seu contributo para esta mudança. A instalação de duas estufas para produção de produtos hortícolas no âmbito do "Sementes de Mudança", a aquisição de equipamentos para o clube atlético de Rabo de Peixe, e de instrumentos musicais para a sociedade filarmónica Lira do Norte, e a criação de uma zona de lazer na freguesia, em parceria com a Câmara de Ribeira Grande, foram alguns dos projectos que o LEADER apoiou em Rabo de Peixe, através da associação de desenvolvimento ASDEPR. Claro que para quem chega numa qualquer tarde de domingo todo este trabalho que está a ser desenvolvido em Rabo de Peixe não é visível. Por isso é tão importante continuar a lançar sementes de mudança em Rabo de Peixe, principalmente junto dos mais novos. Quem chega numa qualquer tarde de domingo, o que vê é o que os olhos deixam ver...





Voluntariado: assumam-no!

"É dar tempo, é dar energia, é dar ideias, é dar de si. É dar e receber. É sentir-se útil. É ser reconhecido. É ser valorizado no bom sentido. É ser responsável e ter responsabilidades. É uma troca a nível horizontal. É uma aprendizagem muito grande de humildade, de simplicidade, dos próprios limites. É uma livre escolha. É uma forma de luta. É uma forma de acreditar que as coisas podem mudar." Assim se diz o voluntariado. A autora desta declaração, a ex-voluntária, Laura de Witte, aprendeu o verdadeiro significado da palavra dar, quando foi entregar roupa a uma associação humanitária, os Irmãos Emaús, em Paris. A jovem mostrou-se desagrada por não ser prendada com o tradicional "obrigada". A contestação fez-se áspera, "vocês quiseram dar, eu não vos obriguei. Eu não tenho que dizer obrigada por receber roupa para pessoas que não têm nada. É normal. É justo. Vocês quiseram dar, assumam-no até ao fim."

Na verdade, deve ser normal e justo, mas dificilmente numa sociedade onde os principais valores rimam com eu e euros. Por isso, quando se fala em voluntariado, entra-se por tantas vias marginais, que levam longe a acção, a dedicação e a imaginação humana. No fundo, estamos antes de mais a falar de liberdade, da liberdade que existe numa relação, onde o dinheiro não serve como moeda de troca. Aqui reside toda a arte do dar para dar. Já experimentou? Sem falsas demagogias, há que ser sincero: o voluntário é um ser à parte, uma espécie em vias de extinção, que vagueia pela vida com um sorriso na mão aberta, pronta para trabalhar. Por que é também de trabalho que se trata: um trabalho voluntário, leia-se, não por conta de outrem, não subordinado, não remunerado. Diz a lei: "A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de uma relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei."

Limitações económicas e legais

Há mil e duas maneiras de ser voluntário. As mais conhecidas e mais mediáticas desenvolvem-se nas relações Norte-Sul, quando pessoas distribuem sacos de arroz na Etiópia, vacinam crianças em Angola, ensinam Português em Timor, etc. Quando o Norte estende a mão ao Sul. Mas afinal, onde é que começa o Sul? A partir de que paralelo da escala do desenvolvimento entramos na contagem negativa? Portugal situa-se no Norte ou no Sul? "É

um luxo para os países ricos este tipo de voluntariado para o estrangeiro. A maioria dos jovens portugueses não tem possibilidades económicas para fazer este voluntariado. Deixei o trabalho, e deixei as pessoas escandalizadas. Deixei de ganhar dinheiro, porque tinha a possibilidade de o fazer." Miguel Pinto, voluntário português, pioneiro do Serviço Voluntário Europeu, foi testemunha e actor do que se pode chamar uma cultura do voluntariado: "eu vivia num apartamento em Milão com cinco objectores de consciência. É algo fortíssimo em Itália, e uma fonte de voluntariado enorme. Em 1997, havia 50.000 voluntários objectores de consciência. Para as raparigas que acabam o 12º ano existe também o ano de voluntariado social. Devia haver a mesma coisa em Portugal, faz falta à nossa formação".

Para partir para operações desse tipo, é preciso, sem dúvida, disponibilidade de espírito, mas é preciso, principalmente, disponibilidade tout court. A lei aqui também é clara, quando diz que, "o voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado". Tirando o dito tempo livre, o português médio não poderá constituir-se voluntário para o estrangeiro. Isto, porque, logo à partida, a lei não prevê que uma pessoa tenha o direito de se ausentar do seu emprego para servir como voluntário durante três meses, sem se arriscar a perdê-lo. Para António Alberto Alves, da ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo, não há margem para dúvidas, "se a pessoa quer fazer um trabalho de voluntariado, mas não o pode fazer, porque a entidade patronal não o permite ou a lei não o prevê, não andamos aqui a falar de nada. Andamos a falar de voluntariado em abstracto. Para fazer trabalho voluntário é preciso, além da motivação, criar também condições para isso". A lei só considera a possibilidade em situações limite e diz que são direitos do voluntário, "faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela organização promotora, nomeadamente por motivo de cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas", e salvaguarda que, "as faltas justificadas previstas contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo e não podem implicar perda de quaisquer direitos ou regalias". A jusante, surge de novo a questão financeira. Mesmo com risco de parecer dar relevo à evidência, aos poucos, chega-se à conclusão que o volun-

tariado só tem um sentido, que vai, de cima para baixo, dos privilegiados para os desamparados.

Excluídos voluntários / voluntários excluídos

Aliás, o voluntariado puro e duro, segundo Laura de Witte, da Associação Acção Jovem para a Paz (AJP) acontece quando o voluntário dá tempo, dá trabalho, e ainda por cima, financia o próprio voluntariado, sendo assim o seu próprio patrocinador. Do outro lado do espelho, existe uma população mais fragilizada, menos flexível, que necessitaria também de viver este tipo de experiência. Habitualmente, assume bem ou mal o papel de destinatário da ajuda. Como diz Acácio Catarino, ao não lhes dar a oportunidade de trocar, de vez em quando de papel, "estamos a não lhes reconhecer um poder de iniciativa, e no fundo, a sua dignidade". Foi para este jovem que se criou o Programa "Step by Step", "para o jovem desfavorecido que precisa de sair do seu contexto, que precisa de ser e sentir-se útil, que precisa de se sentir responsável, que precisa de ter um papel na sociedade". Como o nome o indica o processo é progressivo. Há uma maior preparação, uma tentativa de adaptar o melhor possível o projecto ao voluntário, e uma garantia de flexibilidade. Infelizmente, esta rede está em perigo, a Comissão Europeia recusou a renovação da candidatura.

Um estatuto está por definir e uma legislação por sair, para já não falar da parte fiscal. Segundo António Frazão, da Associação Rancho Folclórico de Chãos, o problema reside justamente, no facto que "o voluntariado é muito mal tratado em Portugal. Sendo nós voluntários, quando estamos a fazer um trabalho para a comunidade, que implica desenvolvimento também, porque é que isso não é tido em conta no IRS? Em França, por exemplo, um indivíduo é beneficiado por ser voluntário". Mas curiosamente, este vazio legal não se verifica quando é o sector económico que dá. Aí discriminam-se incentivos muito concretos para empresas mecenas. Nunca se fala em beneficiar de alguma forma o cidadão participativo, responsável e voluntário. Não existe um estatuto do voluntário. Não existe um estatuto das associações de desenvolvimento local. Mas existe sim, um Estatuto do Mecenato - "a definição do Estatuto do Mecenato deve realizar-se com vista à definição dos objectivos, da coerência, da graduação e das condições de atribuição e controlo dos donativos, bem como à criação de um regime claro e incentivador, com unidade e adequada



Fotos: Maria do Rosário Aranha



ponderação da sua relevância, e à definição da modalidade do incentivo fiscal, em sede de IRS e de IRC, que melhor sirva os objectivos de eficiência e equidade social."

Voluntariado e desenvolvimento local

A própria Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, que tutela a área do voluntariado quer assumir um papel activo na promoção da cidadania empresarial. O sítio do Sistema de informação de voluntariado jovem, www.voluntariadojovem.pt, lançado no mês de Maio para a rede, além da promoção e divulgação do voluntariado, além de instrumento de cruzamento interactivo entre a procura e a oferta de voluntariado, propõe um serviço, que interpela, claramente, os agentes do poder económico. Assim, através da base de dados "Patrocinadores" o internauta pode inscrever-se para pesquisar a listagem de entidades patrocinadoras, de entidades promotoras, ou ainda, de projectos. A partir daí, fica aberta a possibilidade de comunicar a intenção de patrocinar um projecto, basta para isso começar por um pequeno clique. Não obstante, o sítio ser inovador, engenhoso e, tecnologicamente, correcto, não se pode deixar de dizer que é o veículo, talvez involuntário, de uma nova tendência de exclusão, a chamada info-exclusão. Assim, um jovem que não tem acesso às novas tecnologias e / ou que não domina os códigos informáticos não poderá, com certeza, entrar neste circuito de voluntariado.

A caminho do diálogo e da inserção, há que "considerar esses jovens, simultaneamente, como agentes e destinatários da própria acção social a desenvolver. Esta acção deveria, em larga medida, ser, iminentemente, local, muito personalizada e, sobretudo, muito articulada com a promoção social no seu todo e, de preferência, com os próprios projectos de desenvolvimento local." Na prática, isto também acontece. Basta mencionar o exemplo da ESDIME, quando esta associação de desenvolvimento local acolhe um jovem do Serviço Voluntário Europeu que vai ao encontro de "jovens desfavorecidos ou de zonas desfavorecidas" para promover o voluntariado. É um trabalho a longo prazo, contam-se muitas horas de muitos voluntários, a um preço, no fundo, inestimável. António Alberto conta com orgulho que, "depois de três anos de sessões de promoção junto dos jovens, felizmente temos dois jovens que vão para campos internacionais. Estamos bastante satisfeitos, porque é o primeiro resultado visível que temos do trabalho, esperando depois que isto produza um efeito de imitação".

A nível da acção local, o olhar e o testemunho de uma experiência estranha ao universo local podem produzir um grande impacto, nomeadamente, junto da população mais jovem. "No nosso trabalho com os jovens, tentamos criar a motivação para que eles não deixem a região. Mas quando vem alguém de fora, que quer ficar aqui, e que lhes demonstra que a região tem potencialidades, mostram-se completamente baralhados." Para continuar na mesma linha de pensamento, leia-se aqui a notícia de um encontro entre o desenvolvimento local e o voluntariado europeu. Na Granja do Ulmeiro, a cerca de 40 km de Coimbra, ergue-se o Centro Internacional AJP. A partir de Setembro, dois voluntários europeus, um espanhol e um francês, vão dedicar uma parte do voluntariado deles trabalhando para a associação, para a aldeia, para a inserção da associação na aldeia e para a promoção do voluntariado junto dos jovens nas escolas. O voluntariado é, com certeza, uma boa introdução para uma aprendizagem de uma cidadania activa.

Maria do Rosário Aranha
maranha@inde.pt

1 Lei n.º71/98, de 3 de Novembro, Artigo 3º, n.º2

2 Lei n.º71/98, de 3 de Novembro, Artigo 3º, n.º1

3 Lei n.º71/98, de 3 de Novembro, Artigo 7º, n.º1, alínea e)

4 Lei n.º71/98, de 3 de Novembro, Artigo 7º, n.º2

5 Decreto-Lei n.º74/99 de 16 de Março

Breves

2001

Promulgado Ano Internacional dos Voluntários pela Organização das Nações Unidas.

www.netaid.org

O voluntariado on line.

Ver Net's rurais

"VOLUNTØR"

"É rápido de se fazer, chega a muitas pessoas e os custos são mínimos." Estão de parabéns os produtores e redactores da folha virtual "VOLUNTØR", que já vai na sua sétima edição electrónica. António Alberto Alves, juntamente com as voluntárias Aurélie Brossard e Gunn Matland, contribuem assim, mês a mês, desde Março de 2001, para a promoção do voluntariado e dos voluntários.

Campo de trabalho internacional

De 2 a 16 de Setembro, vai decorrer na Granja do Ulmeiro, um campo de trabalho internacional, promovido e organizado pela Acção Jovem para a Paz. A pequena localidade do Vale do Mondego vai acolher uma quinzena de jovens oriundos de diversos países do mundo, que vão, no espaço de duas semanas, trabalhar voluntariamente para levar a cabo um projecto, em benefício da comunidade local, da associação e, também, da sua própria experiência e formação.

Seminário "O papel do voluntariado no desenvolvimento local"

No quadro do IV Festival Beirão, e ao abrigo do Projecto "Mudança Participada", realizou-se, no dia 31 de Agosto, no auditório do Instituto Politécnico da Guarda, um seminário transnacional subordinado ao tema do papel do voluntariado no desenvolvimento local. A Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos - ADM Estrela, principal promotora deste certame, levanta o véu sobre temas como a caracterização do voluntariado em Portugal; o voluntariado através das IPSS; os cidadãos voluntários; o voluntariado social e a integração laboral e a promoção do voluntariado de Terceira Idade.

**Entrevista com Acácio Catarino,
Presidente do Conselho Nacional
para a Promoção do Voluntariado,
entidade que tem por fim desenvolver e
qualificar o voluntariado**



Foto: Maria do Rosário Aranha

O estado do voluntariado

O Estado-Providência pertence a um passado recente. Hoje, já poderíamos quase falar de Sociedade Civil-Providência, e até, porque não, de Cidadão-Providência?

A expressão Estado-Providência é uma expressão que talvez nunca tenha correspondido a nenhuma realidade. Na expressão Estado-Providência será conveniente vermos pelo menos duas dimensões: a primeira, é a resposta do Estado a determinados problemas humanos e sociais; a segunda, é a afirmação do Estado como grande centro de iniciativa, deixando atrofiada a sociedade e o indivíduo. Se na capacidade de resposta, em muitos casos, e, pelo menos em Portugal, o Estado nunca chegou a ser providência; na outra dimensão, de atrofiação da capacidade de iniciativa da sociedade e do cidadão, até é bom que o Estado não tenha avançado. Caso contrário, seria totalitário.

Desde os anos 60-70, estamos conscientes de que o Estado não tem condições para ser Estado-Providência. Esboçam-se então várias tendências. Uma delas, advém de chamar providência à sociedade civil ou ao cidadão, na ilusão de que, qualquer uma destas entidades consiga, efectivamente, ser a resposta cabal aos diferentes problemas. Nem a sociedade civil, nem os cidadãos têm essa capacidade. A tendência desejável é a co-responsabilidade: a co-responsabilidade do cidadão, da sociedade civil e do Estado. A este propósito, muitas pessoas defendem a recuperação do secular princípio da subsidiariedade. É uma ideia defensável. Tenho algum receio, no entanto, de que tenha uma interpretação tipicamente liberal ou neo-liberal. No passado, esta traduziu-se com o Estado a intervir só depois dos indivíduos e das pequenas localidades resolverem os seus problemas até ao limite das suas capacidades. Esta concepção acaba por ser, ela própria, de exclusão e de recusa do Estado e da própria sociedade em assumir a sua responsabilidade. Enquanto não conseguirmos recuperar na sua autenticidade o princípio de subsidiariedade, acentuaria o princípio de co-responsabilidade. O indivíduo já não é um ser isolado, como no passado. É um ser portador de direitos, inclusive de direitos sociais.

No contexto actual, qual é o papel do voluntariado?

O voluntariado é inerente à própria natureza humana. Hoje, quando se fala em voluntariado, estamos sobretudo a pensar numa organização mínima desta actividade. Aqui as opiniões dividem-se ainda bastante. Há uns anos atrás, o voluntariado, nesse sentido, era uma realidade a extinguir. À medida que

avançassem as actividades profissionalizadas, logicamente, este voluntariado deixaria de ser necessário. Considerava-se desejável que todas as actividades humanas viessem a ser profissionalizadas: pela via do mercado, ou da intervenção do Estado. Hoje em dia, prevalece um certo realismo, reconhecendo que o avanço da profissionalização, em si mesmo, pode ser considerado positivo, mas, reconhecendo também, que há determinadas actividades que dificilmente serão profissionalizadas, e outras, mesmo que o possam ser, exigem financiamentos superiores às capacidades. Estas duas razões vão justificando o trabalho voluntário organizado. A elas, centradas nas actividades, pode juntar-se uma terceira razão, de fundo, que é a própria motivação das pessoas para trabalhar em regime de voluntariado. Considerando as três, parece justificar-se que o trabalho voluntário organizado se vá mantendo.

No terreno do associativismo, coexistem associações profissionalizadas e associações de carolas. Que relação seria desejável?

É importante ter presente essa distinção. A médio prazo, as organizações ou associações profissionalizadas devem cada vez mais ser consideradas como estruturas de segundo nível, sendo de primeiro nível, as associações baseadas no voluntariado, na "carolice". Esta linha de orientação parece-me defensável, fundamentalmente, por razões de ordem financeira. Se, porventura, houvesse recursos para assegurar a existência de técnicos em toda a parte, logicamente que se defenderia essa tese, porque convém que todas as associações, mesmo a nível da freguesia, tenham os seus técnicos. É desejável que as actuais associações profissionalizadas evoluam para associações prestadoras de apoio, de serviços às diferentes associações de carácter voluntário. As primeiras, mais qualificadas tecnicamente, teriam um raio de acção bastante mais amplo, estariam em contacto directo com as diferentes associações existentes, participando activamente na formação dos seus diferentes agentes e prestando-lhes todo o apoio técnico necessário. Parece-me altamente desejável que, daqui até 2006, data em que terminam os apoios comunitários nos moldes actuais, tivéssemos um cobertura equitativa de todo o país através deste sistema de apoio ao desenvolvimento local.

Maria do Rosário Aranha
maranha@inde.pt



Foto: Maria do Rosário Aranha

A MARCA-ADL: "não é um objectivo, é um instrumento para o desenvolvimento"

MARCA-ADL

A MARCA-ADL dá os seus primeiros passos num telheiro abandonado da encosta Sul do Castelo de Montemor-o-Novo. Antes mesmo da associação se constituir, enquanto tal, um conjunto de pessoas ligadas ao mundo da cultura, da ciência e da animação, entusiastas da cidade e do concelho de Montemor-o-Novo, cristalizaram os seus interesses e as suas energias à volta de um projecto de recuperação da unidade de produção artesanal. Segundo Jorge Queiroz, presidente da direcção da associação, "este projecto é o detonador do aparecimento da MARCA".

Em 1996, a MARCA-ADL nasce, essencialmente, da vontade de cidadãos. "Quando reflectíamos sobre o desenvolvimento, achávamos sempre que esta cidade, este património, esta região deveriam ter um tratamento com pinças, no sentido de não permitir que modelos que se provaram errados noutras regiões do país, viessem a ser repetidos aqui." A região de Montemor-o-Novo apresenta um conjunto patrimonial e ambiental importante, com especial destaque para a Gruta do Escoural e a sua arte rupestre do Paleolítico e para a Serra do Monfurado e o sítio da Cabrela, integrados na Rede Natura 2000. Se juntarmos a isso a sua localização no eixo Lisboa-Madrid, obtemos a base para uma configuração que, tanto pode dar para o melhor como para o pior.

Como objectivo, a MARCA preferiu associar os adjectivos qualificado e integrado para o processo de desenvolvimento de Montemor-o-Novo. Em prol do desenvolvimento, a associação, antes mesmo de agir, faz uso e abuso de uma matéria que alguns consideram perigosa, quando não é controlada, domada, ou até, aniquilada. Na verdade, a MARCA provoca e estimula a reflexão, coloca questões e problemas e procura, directa ou implicitamente, influenciar um determinado tipo de desenvolvimento. Jorge Queiroz confessa o objectivo subliminar da associação: ser um influenciador de boas decisões e, daí que "a MARCA tem lançado alguns alertas e tomado algumas posições que podem não ter sido imediatamente compreendidos, mas teve efeito e o discurso, neste momento, é um bocadinho diferente."

À pergunta, que requer, cada vez mais, uma

resposta, que diz respeito às associações e à sua auto-sustentabilidade, e que começa por futuro e acaba por um ponto de interrogação, o presidente Jorge Queiroz responde, após reflexão, "há dependências muito grandes entre aquilo que é a contrapartida que as associações dão para o desenvolvimento do país e aquilo que recebem. Deveria ser contratualizado, protocolarizado entre o Estado e o movimento associativo. Deveríamos caminhar para um modelo, onde as associações pudessem continuar a prestar serviços à comunidade, mas que isso fosse claro e transparente e sem qualquer tipo de condicionamentos". Pois, até hoje, por falta de definição e de estatuto, o Terceiro Sector ainda tarda a marcar o seu território entre a economia pública e a economia privada.

Daqui até ao futuro, a MARCA vai desenhando o seu trilho na cal e na terra. Essa mesma matéria prima que serve ainda hoje para fabricar os materiais tradicionais de construção (tijolo de burro, telha de canudo e tijoleira), produzidos, artesanalmente, no já renomeado Telheiro da Encosta. Segundo o Mestre Bernardino Castanheda, todos os anos passam por lá artistas estrangeiros que vêm trabalhar a cal e a terra, muito à sua maneira, e cozer as suas obras no forno à Portuguesa, de "tiro directo". Mas o Telheiro não é só para turista ver. Durante o ano, à época quente e seca sucede a época das chuvas, e respectivamente, à actividade tradicional, sucede a fase experimental: é o tempo da concepção de materiais cerâmicos decorativos, da prática dos vidrados e de inovar o design tradicional.

Os jovens que frequentaram os cursos de formação profissional (Curso de Cerâmica para Profissionais de Telheiro, Curso de Auxiliar de Cerâmica), organizados pela MARCA, vão praticando a aprendizagem ao ritmo e à sabedoria do Mestre Bernardino. "Antigamente, a cal vinha das caleiras que eram feitas no campo. As casas não levavam ferro de qualidade nenhuma, nem cimento. As primeiras casas que eu fiz, há 45 anos, não se vê lá nada estalado, é fresco, não há humidade, as paredes respiram." Entre a gestão do Telheiro, a execução dos diversos projectos de formação, de investigação e de animação, os doze trabalhadores da associação

não têm mãos a medir. São todos jovens, com uma ou outra excepção. Para alguns, a primeira experiência profissional remunerada aconteceu na MARCA. Não é inocente. "Nós também funcionamos como uma escola de formação de quadros técnicos ligados à população, ligados aos interesses locais. É um trabalho útil para o país. São jovens que, em poucos anos, ficam extremamente experientes, porque lutam com tremendas dificuldades, depois também há toda uma "militância", à volta dos projectos. As pessoas sentem muito aquilo que estão a fazer."

Se há uma palavra que melhor defina a postura da MARCA, o fio condutor em toda a sua actuação e filosofia, é a palavra independência. Logo nos seus estatutos, figura uma cláusula que diz a incompatibilidade entre ser membro da direcção da associação e ser presidente de uma autarquia. É uma salvaguarda a favor da liberdade de espírito e de acção. Segundo Jorge Queiroz, "Portugal tem um problema de fundo: tem uma história de caciquismo, de pouca participação da sociedade civil e, sobretudo, de tentativa de não dar condições para que a sociedade civil se desenvolva." A contrapé com um passado, ainda recente, situam-se os princípios declarados da MARCA, "nós somos uma associação que nasceu para construir. Somos uma associação da sociedade civil e achamos que a sociedade civil é um elemento importantíssimo do desenvolvimento do país. Não abdicamos de ter opiniões seja sobre o que for, independentemente de desagradar ou não as pessoas que detêm o poder".

P.S.: De 10 a 14 de Setembro, vai ter lugar o 3º Curso da Universidade de Verão de Montemor-o-Novo, organizado pela MARCA-ADL. O Convento de Nossa Senhora da Saudação, integrado no Castelo de Montemor-o-Novo, vai acolher um número importante de professores e investigadores que vão analisar e levar para a tribuna o tema "Cidade, território e desenvolvimento local". A Universidade de Verão é uma resposta construtiva a um vazio quanto à reflexão sobre um fenómeno chamado globalização, quando este entra em confronto/contacto com as identidades (culturais) locais.

Maria do Rosário Aranha
maranha@inde.pt

ficha técnica

nome: MARCA-ADL Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo | morada: Largo General Humberto Delgado, 7 - 1º - Ap.º 188 - 7050-123 Montemor-o-Novo | telefone/fax: 266.891222 | email: marca.adl@mail.telepac.pt | site: <http://www.terravista.pt/aguualto/3377> | presidente da direcção: Jorge Queiroz | equipa técnica: Susana Teles, Justina Casa Branca, Carlos Alfaced, Bernardino Cantanheda, Patrícia Vacas de Carvalho, Lúcia Seroido, Fátima Murteira, Amélia Gomes, Ana Murteira

GARCIA, José Luís, e outros

Portugal migrante: emigrantes e imigrantes, dois estudos introdutórios / José Luís Garcia (organizador), Helena Mateus Jerónimo, ... [et al] - Oeiras Celta Editores, 2000 - 160 p. : il., quadros, tabelas, gráficos ; 25 cm - (Coleção Comunidades Portuguesas)

«No Portugal migrante, a emigração como fenómeno não nos abandonou com a integração na União Europeia e, tal como nos principais países europeus, os imigrados acabarão por se fixar em Portugal, clandestina ou legalmente, com maior ou menor perseguição e sofrimento. A duplicidade moral, que se manifesta na diferente perspectiva com que se olha os emigrantes portugueses no estrangeiro e os imigrados estrangeiros em Portugal, tem a sua expressão mais clara e pujante no plano internacional através da dicotomia ultraliberal que dita, simultaneamente, a total abertura de fronteiras ao mercado mundial e ao encerramento "proteccionista" dessas fronteiras no que toca aos movimentos migratórios dos mais pobres.»

As fichas deste dossier permitem fazer uma viagem aos países do comércio justo e de encontrar produtores, importadores, consumidores ou distribuidores. Sem ser uma panaceia, esta nova ética abre uma quarta via entre dirigismo, liberalismo e assistência (humanitária), mesmo se a passagem entre a prática micro-económica e a eficácia macro-económica se revela difícil.»

VASCONCELOS, Álvaro

Valores da Europa - Identidade e legitimidade / Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais ; Álvaro de Vasconcelos (coordenação); Guilherme d'Oliveira Martins, Víriato Soromenho-Marques, Pedro Bacelar de Vasconcelos, José Luís da Cruz Vilaça, Francisco Torres, Maria João Seabra ; Maria João Carmona (revisão). - Cascais: Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 1999. - 125 p. ; 25 cm.

«A construção europeia não pode prosseguir sem uma clarificação dos valores por que se rege, da identidade que a caracteriza e dos objectivos que prossegue no continente e fora dele. O dilema

– Sazonalidade e conhecimento das movimentações

CARAPETO, Joaquim, e outro

Contributos para a compreensão da problemática do (des)emprego no Alentejo Litoral - Concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Odemira / Joaquim Carapeto, Sandrine Palhinhas. - Lisboa: INDE - Interooperação e Desenvolvimento, 2001 - 178 p. : il., quadros, tabelas, gráficos ; 22 cm. Este estudo faz parte da Acção B1-Identificação Precisa do Mercado de Emprego, acção realizada sob a responsabilidade da INDE - Interooperação e Desenvolvimento no âmbito do Projecto Semear, uma iniciativa promovida pela ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, financiada pelo PIPPLEA - Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo.

«No quadro de uma economia monetarizada e aberta ao exterior, com trocas tidas por desiguais e sistemas comerciais agressivos, os espaços rurais fragilizaram-se, principalmente aqueles que se revelaram incapazes de acompanhar o progresso técnico e científico da agricultura produtiva. A



ALBERT, Odile

Pour un commerce équitable : expériences et propositions pour un renouvellement des pratiques commerciales entre les pays du Nord et ceux du Sud / Odile Albert (CDTM - RITIMO). - Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 1998. - 167 p. ; 25 cm. - (Ritimo / Solagral; Dossier FPH ; N° DD 96)

«O comércio justo não é uma alternativa miraculosa aos desequilíbrios do comércio internacional, mas é um instrumento extraordinário à disposição dos cidadãos que procuram construir solidariedades concretas. Por exemplo, o café "justo" já corresponde a 5% do mercado no Reino Unido. Os consumidores estão prontos a comprar produtos que assegurem o rendimento dos produtores locais e respeitem o ambiente. Todos os inquéritos europeus convergem em que as "compras pela cidadania" se multiplicam, dos frutos fresco aos brinquedos artesanais, do mel às camisas...

Este tipo de comércio nasceu nos anos 70, fundado em duas ideias simples: o autodesenvolvimento do Sul e a reconciliação entre práticas individuais e vontade de mudança social no Norte. Hoje, mais de uma centena de organizações comercializam "produtos justos" através de 45.000 lojas especializadas. Este comércio contribui para o rendimento de cerca de 80.000 famílias. Em trinta anos, o movimento soube adaptar-se: a criação de rótulos permitiu a venda nas grandes superfícies e os pequenos produtores dos países industrializados também puderam beneficiar.

europeu reside em conciliar a união política com a enorme diversidade cultural europeia, o qual não se resolve transpondo para o nível da União o conceito de Estado-nação como comunidade de cidadãos para o nível supranacional, colocando a democracia e a dupla cidadania como os grandes desígnios da União, levando a cabo a reforma que permite a formação democrática da opinião e da vontade europeia.

Para pesar na ordem mundial e agir de forma coesa, a União Europeia terá que projectar internacionalmente os valores da democracia, dos direitos humanos e os princípios associativos que legitimam a sua própria existência.

A União constrói-se pela defesa comum dos valores fundamentais, que não são apanágio dos europeus, mas que se universalizaram.»

WTO-ETAG Joint Seminar:

Tourism and Environmental Protection

Heidelberg, Germany, 16-18 May 1996

Publicado por World Tourism Organization. European Tourism Action Group, 1996, 38 p.

Principais temas da obra :

- Impactos ambientais do turismo
- Relatório do vencedor e finalista do prémio Europeu de Turismo e Ambiente: Weissensee, Cévennes, Kinsala, Peak District
- Novos produtos turísticos: arte, cultura, conferências, "conhecer o visitante"
- Hospitalidade nas cidades turísticas Europeias

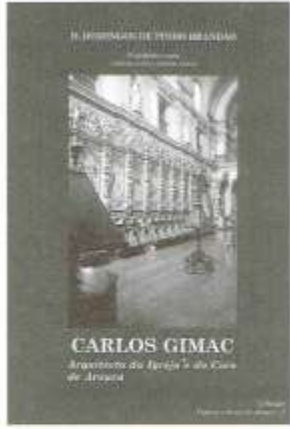
esta fragilização económica, hoje vigente, acresce a demográfica em resultado de êxodos e (e)migrações, cujos efeitos se fazem sentir no envelhecimento das populações locais. Neste contexto, no território em estudo, são amplamente (re)conhecidas estas tendências sócio-económicas onde é patente a fragilidade do mercado de trabalho, incapaz de absorver por si só as populações activas e onde o desemprego ganha um espaço tão importante quanto preocupante.»

CORTESÃO, Luisa

Nos bastidores da Formação. Contributo para o conhecimento da situação actual da formação de adultos para a diversidade em Portugal / Luisa Cortesão (coordenadora); Carlinda Leite, Rosa Madeira, Rosa Nunes e Rui Trindade. - Oeiras: Celta Editora, 2000. - 117 p. : il., quadros, tabelas 25 cm. - (Comunidades Portuguesas)

«Com o presente trabalho procura-se contribuir para o conhecimento dos serviços e instituições portuguesas que estarão mais vocacionadas para actuar no domínio da formação de adultos para a diversidade. Em particular, pretendeu-se avaliar se esses serviços e instituições contribuem para preparar profissionais e outros cidadãos para viver e trabalhar tendo em conta a heterogeneidade crescente da população residente no País.

Dada a ambiguidade que geralmente caracteriza as práticas de formação inter e/ou multicultural, procura-se ainda analisar a natureza dessa formação.»



CARLOS GIMAC. ARQUITECTO DA IGREJA E DO CORO DE AROUCA BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, Arouca, 1998

Com o apoio do Programa LEADER II / ADRIMAG

"Este pequeno trabalho enquadra-se na linha de acção da Secção editorial criada pela actual Mesa da Real Irmandade da rainha Santa Mafalda, sobre 'Figuras e factos de Arouca'."

É seu autor D. Domingos de Pinho Brandão, natural de Arouca e uma das figuras ilustres da Igreja Portuguesa. Numa dúzia de páginas, esta nota histórica apresenta o autor do projecto da actual Igreja do convento de Arouca, benzida a 20 de Outubro de 1718, Carlos Gimac, natural da ilha de Malta e que veio para Portugal nos finais do século XVII, tendo trabalhado em Amarante e no Marco de Canavezes, antes de se entregar ao desenho da nova igreja de Arouca.

Com algumas fotografias, este pequeno folheto chama a atenção para uma das peças mais ricas do património local, também nacional pela sua dimensão e qualidade.



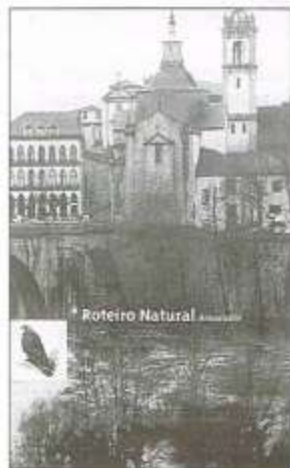
TERRA DE SOUSA. PERCURSOS RURAIS
Ader-Sousa, Felgueiras, s/d.

Com o apoio do Programa LEADER II / ADER-SOUSA

Este pequeno folheto apresenta, com ilustração, as principais actividades da região do Sousa, designadamente a agricultura, a formação profissional, o artesanato, o turismo e o património arquitectónico.

Trata-se de uma leitura estratégica do desenvolvimento rural das Terras de Sousa, enquadrando de uma forma didáctica a intervenção da Associação de Desenvolvimento na última década.

Despertando a atenção para uma região que apesar da grande dinâmica empresarial moderna preserva uma actividade agrícola significativa e uma inegável qualidade patrimonial, este folheto é uma boa iniciação a qualquer visita às Terras de Sousa.



ROTEIRO NATURAL. AMARANTE
Câmara Municipal de Amarante, 2001

Com o apoio do Programa LEADER II / DOLMEN

Um roteiro inteiramente dedicado à divulgação do património natural de um concelho, neste caso Amarante. De uma forma sistemática e com um agradável grafismo é feito o enquadramento do concelho e apresentadas a geologia, a fauna e a flora locais.

Quatro itinerários são apresentados – Formão, Fridão, Lameira e Canadelo – de forma a poderem ser utilizados por qualquer veraneante interessado no contacto com a natureza.

Numa zona de transição entre a área metropolitana do Porto e o interior transmontano, em plena bacia do Tâmega, com o enquadramento montanhoso do Marão e da Aboboreira, Amarante é uma estimulante descoberta, servindo de introdução ideal a percursos mais longos nas regiões vizinhas.



...NA ALMA DE UM POVO
MONTEIRO, Paulo Celso Fernandes, ADD, 2000

Com o apoio do PPDR, no âmbito do Programa dos Centros Rurais / ADD

"...Na Alma de um Povo pretende descobrir os caminhos mais recônditos da cultura, da tradição, do ser rural, realçando o saber-fazer e o saber-estar das gentes do mundo rural. Através deste convite, para passear no rural profundo, redescobre-se a simplicidade e a poesia, de quem trata o mundo na primeira pessoa e que nos guia através da história dos monumentos e glórias antigas, como se de suas próprias vitórias e batalhas se tratasse." (da Introdução)

Profusamente ilustrado, este folheto apresenta as aldeias de Mareco, Vila Cova do Covelo, Matela, Forninhos, Dornelas, Vila Longa e Romãs, integrantes do Centro Rural Alto Dão, com apontamentos dos principais elementos patrimoniais e um convite permanente à descoberta.



<http://www.unv.org>

Um site onde as Nações Unidas fazem apelo à participação como voluntariado, apresentado o Programa de Voluntariado das Nações Unidas: o perfil dos voluntários, as actividades que exercem e os locais onde se realizam.

Com uma entrada temática e outra geográfica, na primeira página, o site permite conhecer os projectos da organização com destaque para as missões especiais no Bangladesh, em Timor e no Kosovo.

Uma referência na página de abertura para as vagas para postos de voluntariado na sede e nos projectos das NU.

A página de "links" tem uma mão cheia de contactos com outras organizações/programas de voluntariado, pelo mundo fora.

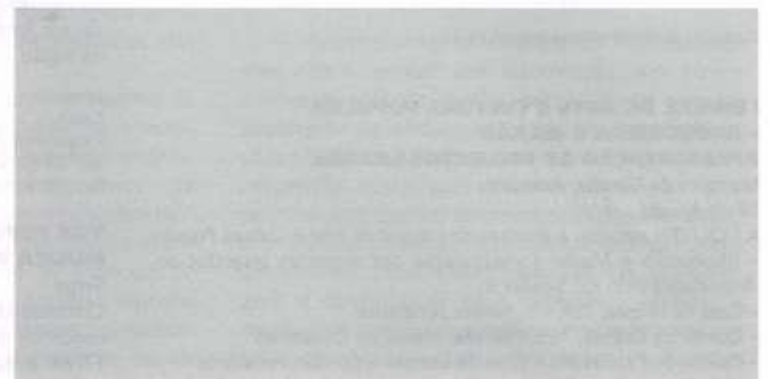


<http://www.voluntarios.com.pt>

Na web page oficial da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários (AIV), que se comemora este ano, encontram-se os objectivos, programa e contactos mais relevantes relativamente a esta iniciativa.

Em relação aos demais sites sobre voluntariado, tem a vantagem de apresentar notícias sobre as iniciativas e actividades que se realizam em Portugal e em particular as manifestações de interesse por parte de entidades que querem receber voluntários, apresentando-as.

Alguns itens estão por completar, nomeadamente a "legislação".



<http://www.iyv2001.org>

Depois da página nacional, apresenta-se o site oficial global, que também é da responsabilidade das NU. Como tal tem todas as explicações sobre o nascimento do AIV, as políticas e a legislação sobre voluntariado (em inglês, espanhol, francês, árabe e japonês).

Com a actualidade do voluntariado a nível mundial na página de entrada, o site permite conhecer o calendário global das iniciativas relacionadas como voluntariado até meados do próximo ano, mas também os programas nacionais (e inclusive algumas actividades) dos mais de 200 países que aderiram a esta iniciativa.



CICLO DE PASSEIOS DE NATUREZA 2001

Após uma interrupção no mês de Agosto, retomam-se os passeios organizados pela LPN Algarve, no primeiro sábado de cada mês:

- 1 de Setembro - Barão de São João
- 6 de Outubro - Sagres Festival Mundial das Aves
- 3 de Novembro - Alcoutim
- 1 de Dezembro - Ria de Alvor

Contactos:
LPN Algarve - Liga para a Protecção da Natureza
Apartado 439, 8500 Portimão
Tel: 91 493 50 65 (Elisabete Rodrigues); 91 908 07 19
(José Fernando Vieira); 282 78 93 59 (Jill Lloyd)

**TRAÇOS DO SUDOESTE
DESENHAR GEGONHAS E PEGADAS DE DINOSSAURO
Costa Vicentina**

2 a 8 de Setembro
Uma iniciativa inédita de duas empresas que tem como objectivos principais a informação e formação multidisciplinar sobre o respeito e a preservação do património natural. Para acompanhar as experiências dos formandos e obter mais informações: www.tracosdosudoeste.qb.net

Contactos (coordenação científica):
Fernando Correia: Telemóvel: 96 - 408 76 31
fjcorreia@mail.telepac.pt

**UNIVERSIDADE DE VERÃO DE MONTEMOR-O-NOVO
"CIDADE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL"**

10 a 14 de Setembro de 2001
Realiza-se no Convento de Nossa Senhora da Saudação e no Castelo de Montemor-o-Novo, com os seguintes temas:

- "Cidade, Competitividade e Identidade Local"
- "A Paisagem e as Representações do Património"
- "Património e Desenvolvimento Local"
- "Políticas Locais, Associativismo e Cidadania"
- "Contextos Locais e glo(c)alização"

Contacto:
MARCA - Associação de Desenvolvimento Local
Largo General Humberto Delgado, nº7, 1º
Apartado 188
7050-123 MONTEMOR-O-NOVO
<http://www.terravista.pt/aguaito/3377>

REALIZOU-SE

FESTA DA MULHER DO BARROSO

Salto
29 de Julho
Numa organização da Casa Barrosã, 150 Barrosões conviveram construindo um presente formador de futuro, enraizado na cultura inovando em sociedade. (...) 38 crianças brincaram, jogaram, aprenderam, criaram...
O desfile de moda, realizado ao cair da noite após a tempestade de chuva, vento, relâmpagos e trovões, (...) decorreu num ambiente mágico de clareira de bosque de carvalhos ao nascer da lua.*

DIA DO BRANDEIRO

Veranda da Aveleira, Melgaço
4 de Agosto
Apresentação do livro de vários autores "Olhares Multidisciplinares da Veranda da Aveleira" e inauguração das Casas de Campo da Aldeia Turística da Veranda da Aveleira, projecto co-financiado pelo Programa LEADER do Vale do Minho, integrados nas Comemorações do Dia do Brandeiro.

Contacto: adriminho@mail.telepac.pt

**I BIENAL DE ARTE E CULTURA POPULAR
- ABOBOREIRA E MARÃO
APRESENTAÇÃO DE PROJECTOS LEADER**

Mosteiro de Gondar, Amarante
18 de Agosto
A DOLMEN associou à abertura da I Bienal de Arte e Cultura Popular - Aboboreira e Marão a inauguração dos seguintes projectos co-financiados pelo PIC Leader II:

- Casa de Infesta, TER - S. Simão, Amarante
- Quinta da Quintã, TER, Folhada, Marco de Canaveses
- Quinta de Palmazões - Casa de Campo - Gondar, Amarante
- Praia Fluvial de Larim - Gondar

Contacto: doimen@mail.telepac.pt

INICIATIVAS COM INTERESSE

INTERCULTURALIDADES

A gestão das relações interculturais - Primeiro Curso de Verão da Intervenção Social
Peniche
17 a 20 de Setembro de 2001
Uma acção de formação integrada, intensiva e dinâmica que se diri-

ge a todos/as os/as Dirigentes Associativos e Profissionais que trabalham em contextos multiculturais (animadores, professores, educadores, assistentes sociais, técnicos das áreas de saúde, justiça, segurança social, habitação, ensino, cultura, ...), numa organização do ISSSCOOP com um alargado grupo de parceiros

Contacto:
ISSSCOOP - Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, CRL
Departamento de Formação & Prestação Serviços
R. Bernardo Lima, 3 - 1150 - 034 LISBOA
Tel.: 213512040/47
Fax: 213512059
e-mail: aolongodavida@iss.pt
Web: www.iss.pt

**AÇÃO DE FORMAÇÃO PARA ANIMADORES
DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

Mortágua
Início de Setembro
Promovida pela CABA - Cooperativa Agrícola Beira Aqueira, em parceria com as Juntas de freguesia locais, no quadro do POEFDS. Esta acção, terá a duração de 1500 horas (em horário laboral), integrando componentes teórica e prática, sob a forma de estágio, a realizar nas Juntas de freguesia e Associações de Desenvolvimento Local da região.

Contacto:
CABA
Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira lote 12, 3450-232 Mortágua
Tel.: 231927470
Fax: 231927472

**VOX POPULI
MÚSICA DAS SETE PARTIDAS DO MUNDO**

Serpa
Continua até ao fim do ano, com periodicidade mensal, o Ciclo de concertos de músicas populares. O projecto é uma iniciativa da ETNIA e da Câmara Municipal de Serpa, em colaboração com o World Music Centre.

Contactos:
ETNIA
Cooperativa / Centro Cultural
Rua Direita, 156 - 4910 Caminha
Tel: 258 722 557 / 258 721 218
Fax: 258 922 590
etnia.norte@clix.pt
ACE / Gab. Coord. de Projectos
Calçada do Marquês de Abrantes, 10, 3º Esq. - 1200 Lisboa
Tel: 21 397 06 29
Fax: 21 397 06 37
etnia@esoterica.pt

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

Vila Real
16 a 18 de Setembro de 2001
Intitulado "Território, Sociedade e Política: continuidades e rupturas", com 4 temas principais: "Mundo Rural e Património"; "Ambiente e Usos do Território"; "Território, Agricultura e Desenvolvimento" e ainda "Sociedade, Conhecimento e Políticas". Uma organização da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e do Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Contacto:
Departamento de Economia e Sociologia - UTAD
Apartado 202
5000 Vila Real
Tel.: 259 302 200
Fax: 259 302 249
email: mmourao@utad.pt
<http://www.utad.pt/~des/cef/>

1ª EXPORURAL E 12ª BEIRARTESANATO

NERGA, Parque Industrial da Guarda
20-23 de Setembro de 2001
Feira/Exposição/Venda, onde estarão as Instituições Oficiais e os produtos fortes das beiras: o agro-alimentar; o artesanato; o turismo em espaço rural; os equipamentos e serviços ligados à caça, agricultura e floresta; as associações e agências de desenvolvimento e as autarquias.

Contacto:
NERGA - Associação Empresarial da Guarda
Tel.: 271205420
e-mail: feiras.nerga@fdti.pt
ACG - Associação de Comércio e Serviços da Guarda
Tel.: 271208884
e-mail: acg@acg.pt

"SABOR TRANSMONTANO"

Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Braga
Até 31 de Outubro, 2001 (, Portugal)
Uma exposição de fotografias de José Alves Teixeira que é um alerta para os perigos que pairam sobre o património natural do rio Sabor - um dos últimos rios selvagens de Portugal - e o rico património cultural de Trás-os-Montes - as tradições, seculares ofícios, práticas agrícolas, romarias e quotidianos.

Contacto:
Luzia Sousa
Museu de Historia Natural
Faculdade de Ciências do Porto
4099-002 Porto - Portugal
Telefone +351 223401528
Fax +351 222008628
lsousa@fc.up.pt

De tempos a tempos temos vindo a publicar excertos da obra de Carlos Jara "A sustentabilidade do desenvolvimento local" (PL nºs 7,10,16,18) uma reflexão interessantíssima sobre a temática do desenvolvimento local no enquadramento de uma experiência brasileira.

Neste número voltamos a utilizar o texto de Carlos Jara numa proposta de desenvolvimento local inserida no capítulo "Globalização, desenvolvimento local e associativismo".

A sustentabilidade do desenvolvimento local

"... o desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões económicas, sociais, políticas e técnicas. Fica cada vez mais claro o facto de que o desenvolvimento não é apenas um fenómeno económico. Trata-se de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais. No presente, quando falamos de economia de mercado, aberta e descentralizada, é preciso trabalhar a articulação e o envolvimento de todos os segmentos ou actores sociais na formulação e implementação de um projecto colectivo de desenvolvimento. Em outras palavras, não é a cooperativa ou a associação isolada que vai atingir condições de competitividade, elas devem ser criadas pelo município como um todo.

Fica muito claro que o fomento do desenvolvimento local depende muito da interacção e da articulação dos diversos actores sociais e económicos, institucionais, públicos e privados.

O desenvolvimento local direcciona toda intervenção institucional ao estudo do poder enquanto relação de forças sociais por meio das quais se processam as alianças e os confrontos, bem como as decisões. E isso leva-nos a questões antes não consideradas, como a democratização, a participação, a "tomada de poder", as parcerias institucionais, o associativismo empresarial, etc.

Quando falamos de desenvolvimento local sustentável, por conseguinte, estamos falando de agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimentos, habilidades e destrezas para que eles mesmos saibam e possam gerir e orientar os seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem. Estamos a falar de um modelo mais endógeno, auto-gestionário, participativo, eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental. Estamos a falar de novos espaços (Conselhos) de diálogo, de deliberação, de controle. Porquê falar só de abertura económica, sem promover a abertura política e ampliar as práticas democráticas?

Quais são os desafios das cooperativas e associações de produtores de base familiar?

Primeiro, que os esforços produtivos, necessariamente, se devem projectar para mercados competitivos. No mercado existe uma variedade de agentes, e a luta entre eles, com frequência, é selvagem. Como é que uma empresa multinacional vai lutar contra uma cooperativa brasileira? Com a implantação das políticas neoliberais, as cooperativas devem enfrentar a livre concorrência. Só que essa livre concorrência não existe, porque os agri-

cultores brasileiros devem competir com os agricultores estrangeiros que recebem o apoio dos seus governos e têm os seus preços subsidiados.

Segundo, toda a agricultura está subordinada ao capital financeiro. A vida económica está financeirizada. Toda a economia agrária é gerida pela força dos interesses financeiros. Os bancos comandam os processos, definem as políticas, criam regras, os valores, os rumos da produção.

Terceiro, esta competitividade será atingida por meio da integração das organizações – pequenas, médias e grandes associações – procurando elevar o nível de eficiência e qualidade. É o município que deve estabelecer as medidas de gestão ambiental e evitar a perturbação do equilíbrio ecológico. A produção agro-pecuária e o meio ambiente estão intimamente relacionados. A maioria das empresas associativas agro-pecuárias de Pernambuco emprega técnicas e métodos de produção que afectam o meio ambiente. É preciso modernizar a agricultura, o que não significa insistir na Revolução Verde, nem introduzir apenas novas práticas e novos dispositivos tecnológicos, mas também valorizar as práticas tradicionais.

A sustentabilidade da agricultura refere-se ao uso dos recursos naturais, biofísicos e económicos, de acordo com sua capacidade, mediante tecnologias apropriadas que permitam obter bens e serviços que possam satisfazer as necessidades das populações locais.

Quarto, temos que repensar o problema da capacitação, da informação e da assistência técnica. Quando falamos de desenvolvimento empresarial, só pensamos nos indicadores de produtividade - as cooperativas permanecem hipnotizadas pelos cálculos económicos e pelos avanços tecnológicos. Descuidam-se os aspectos de gestão, informação e participação. Essa hipnose leva-nos a pensar no desenvolvimento empresarial apenas em termos de produtividade, baixos custos de produção, qualidade e quantidade regular do produto no mercado. Que acontece com as capacidades de administração e de gestão? Geralmente, apagam-se nas dimensões invisíveis, não-mensuráveis como o "tomada de poder" e a participação. Quando falamos de tomada de poder falamos de ganhar poder na sociedade local para influir nas decisões. Participar é ter possibilidade de acesso ao poder e, ao mesmo tempo, contribuir para que os associados se mobilizem e assumam as suas responsabilidades, como cidadãos e como produtores organizados.

A noção de poder sempre esteve ligada à noção de força, e quase sempre articulada ou fundamentada na base económica. O poder dominante na política é, geralmente, o poder dominante na economia. Os grupos sociais, nesta cultura polarizada, lutam pelo poder como se estivessem numa guerra, procurando dominar os outros, forçar os grupos contrários a se comportarem de acordo com os interesses dos actores investidos do poder. Isso tem que mudar!!! O poder significa energia para fazer. O poder político não pode ser reduzido a briga entre opostos, porque isso elimina toda possibilidade de parceria, cooperação e integração. Existem outras formas de poder que podem levar ao desenvolvimento sustentável:

- O poder da organização democrática
- O poder da solidariedade
- O poder da participação
- O poder da capacitação
- O poder da informação
- O poder da identidade cultural
- O poder do compromisso
- O poder da gestão
- O poder da consciência
- O poder do diálogo

O desenvolvimento empresarial das associações não é possível sem informação, sem novos conhecimentos de gestão, sem o apoio externo decorrente da articulação e parceria entre instituições públicas e privadas, sem instrumentos de planeamento estratégico e sem um sistema que permita acompanhar o movimento dos mercados. Em outras palavras, as associações precisam desenvolver capacidades para planejar, negociar, gerir e controlar os seus negócios, aprender a mexer com mercados regionais, elevar os níveis de educação dos seus associados, fazer um levantamento dos possíveis riscos a serem encontrados no processo produtivo, visando definir estratégias para os evitar ou reduzir."

Nota da redacção: O conceito "empowerment" não tem uma tradução literal na língua portuguesa. A edição brasileira utiliza para o expressar o termo "empoderamento". Nesta transcrição ensaiamos a expressão "tomada de poder" que embora linguisticamente mais adequada terá que ser entendida no seu enquadramento original.

Vinhos do Pico



Fotos: João Limão

"Aspecto límpido, cor amarelo profundo. Muita lágrima. Aroma vinoso especial, complexo, a lembrar especiarias. Intenso e persistente. Na boca é quente e seco. Untuoso, redondo e evoluído". É o "Lajido" do Pico. Legítimo herdeiro do tradicional Verdelho, cujo paladar único dizem ter encantado os czares da antiga Rússia.

Em 1917, no período pós-revolução, foram encontradas garrafas de vinho "Verdelho do Pico" armazenadas nas caves dos antigos czares da Rússia. Durante os três séculos anteriores, o Verdelho fora considerado nas cartas de vinhos de banquetes reais, os czares enviavam os seus próprios barcos para recolha do precioso néctar e até os médicos o receitavam. Consta que a czarina Catarina II, "a Grande", seria uma grande apreciadora, e até o escritor russo Leon Tolstói o refere em "Guerra e Paz".

Julga-se que foram os frades franciscanos a introduzir o plantio de vinha na ilha. Como as condições edafoclimáticas eram idênticas à Sicília, importaram daí a casta mais conhecida - o Verdelho. No século XVI, chegaram ao Pico as primeiras cepas de Verdelho. Estava-se então longe de imaginar que nos séculos seguintes, estas produziram um vinho de qualidade tão excepcional que a família de comerciantes alemães Wants Walter o levaria até aos reis de Inglaterra e aos czares da Rússia.

Vinho afamado além fronteiras, em especial no Norte da Europa, a produção de Verdelho chegou a atingir as 20 mil pipas. Até que no séc. XIX, a filoxera e o oídio o exterminaram quase por completo. Desde então, este ex-libris da Ilha do Pico reduziu-se ao fabrico caseiro e consumo local. Ao mesmo tempo, introduziram-se castas americanas tintas, a partir das quais se faz o conhecido "vinho de cheiro".

O clima açoreano condiciona a produção vitícola. Os Invernos são muito doces, com

temperaturas amenas, e os Verões são húmidos e não muito quentes. Estas limitações determinam um sistema de cultivo invulgar. As cepas são plantadas em fendas no basalto, em pequeníssimas áreas quadradas e retangulares chamadas "curraletas", "currais" ou "canadas", delimitadas por muros de pedra vulcânica solta com pouca altura. Este sistema, deriva numa paisagem única, com um rendilhado de muros que se inicia a escassos metros do mar e que se prolonga até uma altitude de 100 metros.

Estas "curraletas" resultam em grande parte da necessidade de limpar o solo, removendo a pedra. E nada mais prático e económico do que construir ao lado um muro. Em simultâneo, os muros protegem as videiras do vento, por vezes forte e carregado de humidade salgadas, ao mesmo tempo que o efeito absorvente de calor do basalto tem uma acção semelhante ao de uma estufa.

É neste cenário que se move a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico. Nascida com o objectivo inicial de vinificação de um vinho licoroso branco, com base nas castas verdelho, arinto e terrantez, cedo se apercebeu que dificilmente "conseguiria tornar rentável para os seus associados a comercialização do vinho obtido a partir daquelas três castas", conforme reconhece o presidente da Direcção da Cooperativa, Jaime Jorge. De acordo com afirmações deste no site da Cooperativa, "não é de estranhar que perante algum insucesso inicial e algum descrédito que começava a apoderar-se dos seus associados,

esta Cooperativa tenha optado por vinificar ainda, castas americanas tintas, produtores directos, que também ali se cultivavam".

Hoje, a produção do conhecido "vinho de cheiro" a partir destas castas americanas encontra-se "em franco declínio". Um desaparecimento que foi "imposto pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia, e também pela manifesta necessidade de substituir essas castas por castas europeias híbridas, que de certa forma aumentasse a rentabilidade dos vicultores e prestígio da sua Cooperativa", refere Jaime Jorge no mesmo site. Apesar de tudo, enquanto a área de produção de VLQPRD é de 113,145 hectares, continuam a existir 172,41 hectares de área de castas Vinho de Castas Não Classificado.

No entanto, estava iniciado um ciclo de reconversão da vinha, com o aumento da cultura das castas tradicionais, e com a classificação em Janeiro de 1994 da "Região Demarcada do Pico". No sentido de reforçar este trabalho, a Cooperativa avançou para a produção de dois vinhos de mesa. Um branco, de nome "Terras de Lava" e um tinto chamado "Basalto". Um processo que culminou no lançamento do primeiro Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada (VLQPRD) desta ilha - de nome Lajido -, no final de 1997. Um licoroso que já ganhou vários prémios, e que é um legítimo herdeiro do Verdelho que conquistou as casas reais da Europa nos séculos passados.

João Limão
jlimao@inde.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq. 1700-304 LISBOA

Tel. 21.8446595 | Fax.21.8446623

Email. caleader@inde.pt

Site: <http://caleader.inde.pt>

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Helena Santos, João

Limão, Paula Matos dos Santos,

Maria do Rosário Aranha

Colaboram neste número:

Luís Alvarez, Luís Chaves

Paginação e pré-impressão:

Isto é, comunicação visual, lda

Rua de Serralves, 693-697

Apartado 1503

4107-001 PORTO

Tel.: 22 616 65 70 | Fax: 22 616 65 79

e-mail: isto-e@esoterica.pt

Impressão: Tipografia Silvas, CRL

Rua D. Pedro V, 122 - 1º E

1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 4.000

Depósito Legal nº 142 507/99

Registo ICS nº 123 607



Comissão Europeia
Programa LEADER II